



MARÍLIA DE MOURA DA SILVA

**ELEMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE SOLUÇÕES EDUCATIVAS E INCLUSIVAS:  
UM ESTUDO DOCUMENTAL DO PROJETO CAPACITAR PARA INCLUIR  
REALIZADO NA FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO**

CANOAS, 2024

MARÍLIA DE MOURA DA SILVA

**ELEMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE SOLUÇÕES EDUCATIVAS E INCLUSIVAS:  
UM ESTUDO DOCUMENTAL DO PROJETO CAPACITAR PARA INCLUIR  
REALIZADO NA FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ingridi Vargas Bortolaso

CANOAS, 2024

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e Silva, Marília de Moura da.  
Elementos para a criação de soluções educativas e inclusivas  
[manuscrito] : um estudo documental do Projeto Capacitar Para  
Incluir realizado na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio /  
Marília de Moura da Silva. – 2024.  
105 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle,  
Canoas, 2024.  
“Orientação: Profa. Dra. Ingridi Vargas Bortolaso”.

1. Educação inclusiva. 2. Educação para o trabalho. 3. Jovens.  
4. Projeto Capacitar Para Incluir. 5. Fundação O Pão dos Pobres de  
Santo Antônio. I. Bortolaso, Ingrid Vargas. II. Título.

CDU: 37.035.3

Bibliotecária responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

MARÍLIA DE MOURA DA SILVA

**ELEMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE SOLUÇÕES EDUCATIVAS E INCLUSIVAS:  
UM ESTUDO DOCUMENTAL DO PROJETO CAPACITAR PARA INCLUIR  
REALIZADO NA FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle.

Aprovado pela banca examinadora em 12 de Dezembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Felipe André Angst  
Universidade Católica de Moçambique

---

Prof. Dr. Roberto Carlos Ramos  
Universidade La Salle, Canoas/RS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dirleia Fanfa Sarmiento  
Universidade La Salle, Canoas/RS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ingridi Vargas Bortolaso  
Orientadora e Presidente da banca – Universidade La Salle, Canoas/RS

Dedico esta dissertação à minha família. Ao meu marido, Alain, companheiro incansável e pelo apoio incondicional. À minha filha, Alícia, a luz que ilumina meus dias por me lembrar a cada dia o verdadeiro significado da vida. E à memória de minha mãe, Nadir, cuja força e sabedoria me guiam até hoje. A vocês, minha eterna gratidão por acreditarem em mim e me proporcionarem o amor que me move.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de viver momentos de aprendizado como esse. Senti sua presença e inspiração nos momentos difíceis e, consegui seguir em frente...

A minha linda e amada família, meu marido Alain e nossa filha Alícia, estão comigo desde o dia em que fiz a prova presencial de seleção para o mestrado na Universidade La Salle, sempre perto, brincando, conversando e simplesmente ali comigo. Eu os via bem e feliz, me sentia encorajada a continuar essa jornada. É difícil escrever para a família, pois são tantas palavras e frases de carinho e amor que tenho e sinto por vocês que o que posso dizer é obrigada e vocês são muito importantes na minha vida.

Agradeço aos irmãos Lassalistas de serem exemplos e incentivadores de formação continuada, em especial ao irmão Marcelo Cesar Salami, que uma vez conversando sobre pós-graduação comentei de minha vontade de fazer mestrado e assim, naquele momento acendeu a chama que me guiou para chegar aqui. Ao irmão Provincial da Província La Salle Brasil- Chile, irmão Olavo José Dalvit agradeço sua generosidade de seu consentimento para eu realizar a pesquisa científica no Projeto Capacitar Para Incluir realizada em parceria com a Fundação o Pão dos Pobres de Santo Antônio.

Agradeço à equipe do projeto Capacitar para Incluir que acompanhou as turmas no período da dissertação e continua até os dias de hoje em sua 11ª a formar-se em dezembro do ano corrente. Agradeço aos jovens estudantes e suas famílias pela confiança para a realização do projeto.

Agradeço aos meus professores amados da Universidade La Salle, em especial à prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Dirleia Fanfa Sarmiento, prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Hildegard Susana Jung, o irmão prof. Dr. Paulo Fossatti e o irmão prof. Dr. Roberto Carlos Ramos obrigada pelas aulas, reflexões e aprendizagem, vocês são exemplos de formadores em minha vida.

Agradecer aos irmãos Lassalistas das obras em Moçambique onde eu estava no período que realizei a qualificação e defesa desta dissertação, em especial o Prof. Dr. Felipe André Angst da Universidade Católica de Moçambique – UCM.

Agradeço à minha querida e amada orientadora, prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ingridi Bortolaso Vargas pelos seus ensinamentos, motivação, pela escuta, trocas, por sua sensibilidade de captar o projeto para escrita, sem dúvida foi uma formação a parte tê-la como orientadora, muito obrigada!

Agradeço também a todas as pessoas que direta e indiretamente ajudaram a construir essa dissertação.

## RESUMO

Esta dissertação está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle e à linha de pesquisa Culturas, Linguagens e Tecnologias na Educação. A problemática central da dissertação reside na questão como a integração entre conteúdo programático, metodologias de ensino, qualificação da equipe técnica, infraestrutura educacional e o uso das tecnologias no projeto Capacitar para Incluir, realizado na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, contribui para preparar os estudantes para a inclusão no mundo do trabalho? Para responder à questão de pesquisa, apresenta-se o seguinte objetivo geral: analisar a contribuição do conteúdo programático, as metodologias de ensino, a equipe técnica e a infraestrutura na capacitação de estudantes para sua inclusão no mundo do trabalho. Este estudo qualitativo está fundamentado na análise documental do Projeto Capacitar para Incluir, realizado na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio. A escolha pela abordagem qualitativa e pelo estudo documental justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão do fenômeno investigado, a partir da análise de dados textuais, documentais e visuais. A proposta metodológica da pesquisa documental é adequada para responder ao objetivo da dissertação. De acordo com Gil, a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados conforme os objetos da pesquisa. A análise dos documentos permitiu identificar as principais estratégias pedagógicas utilizadas no projeto e as contribuições do projeto para a inclusão social dos jovens. O estudo está fundamentado em autores como Freire, que enfatiza a necessidade de estimular a curiosidade do jovem sem a suprimir, promovendo autonomia e criticidade para agir como agente transformador. Ainda, Sarmiento e Menegat reiteram que a educação é um direito básico ao longo da vida. Principais achados da dissertação indicam que o projeto Capacitar para Incluir tem sido fundamental para o desenvolvimento de habilidades profissionais e sociais dos jovens com deficiência intelectual, promovendo sua autonomia e autoestima. No entanto, foram identificados desafios relacionados a políticas mais eficazes, aprimoramento do Programa de Aprendizagem e Inclusão e permanência no mundo do trabalho. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o conhecimento sobre a inclusão de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho, contribuir para conteúdo programático, metodologias de ensino, qualificação da equipe técnica, infraestrutura educacional, o uso das tecnologias e estimular novas dissertações sobre o tema. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

**Palavras-chave:** soluções; inovações; tecnologia; competência e inclusão; jovens; mundo de trabalho.

## RESUMEN

Esta disertación está vinculada al Programa de Posgrado en Educación de la Universidad La Salle y a la línea de investigación Culturas, Lenguajes y Tecnologías en Educación. El problema central de la disertación radica en la pregunta de cómo se logra la integración entre contenidos programáticos, metodologías de enseñanza, calificación del equipo técnico, infraestructura educativa y el uso de tecnologías en el proyecto Capacitar para Inclur, realizado en la Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, ¿contribuye a preparar estudiantes para la inclusión en el mundo del trabajo? Para responder a la pregunta de investigación se presenta el siguiente objetivo general: analizar el aporte de los contenidos programáticos, metodologías de enseñanza, equipo técnico e infraestructura en la formación de los estudiantes para su inclusión en el mercado laboral. Este estudio cualitativo se basa en el análisis documental del Proyecto Capacitar para Inclur, realizado en la Fundación O Pão dos Pobres en Santo Antônio. La elección de un enfoque cualitativo y de estudio documental se justifica por la necesidad de profundizar la comprensión del fenómeno investigado, a partir del análisis de datos textuales, documentales y visuales. La propuesta metodológica de la investigación documental es adecuada para responder al objetivo de la disertación. Según Gil, la investigación documental utiliza materiales que aún no han recibido tratamiento analítico, o que aún pueden ser reelaborados según los objetos de investigación. El análisis de los documentos permitió identificar las principales estrategias pedagógicas utilizadas en el proyecto y las contribuciones del proyecto a la inclusión social de los jóvenes. El estudio se basa en autores como Freire (1996), que enfatizan la necesidad de estimular la curiosidad de los jóvenes sin reprimirla, promoviendo la autonomía y la criticidad para actuar como agente transformador. Además, Sarmiento y Menegat reiteran que la educación es un derecho básico durante toda la vida. Principales hallazgos de la tesis indican que el proyecto Capacitar para Inclur ha sido fundamental para el desarrollo de habilidades profesionales y sociales de jóvenes con discapacidad intelectual, promoviendo su autonomía y autoestima. Sin embargo, se identificaron desafíos relacionados con políticas más efectivas, mejorar el Programa de Aprendizaje e Inclusión y permanecer en el mundo laboral. Se espera que este estudio contribuya a ampliar el conocimiento sobre la inclusión de jóvenes con discapacidad intelectual en el mundo laboral, aportando contenidos programáticos, metodologías de enseñanza, capacitación del equipo técnico, infraestructura educativa, uso de tecnologías y estimulando nuevas disertaciones sobre el tema. Este trabajo fue realizado con el apoyo de la Coordinación de perfeccionamiento del Personal de Educación Superior - Brasil (CAPES).

**Palabras clave:** soluciones; innovación; tecnología; competencia e inclusión; jóvenes; mundo del trabajo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Taxa de alfabetização nos últimos anos	45
Figura 2 -	Mapa da Cidade de Porto Alegre	59
Figura 3 -	Imagem frontal da Instituição	60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Resultados Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	32
Quadro 2 -	Resultados descritores na Scientific Electronic Library Online (SciELO)	33
Quadro 3 -	Resultados descritores na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	35
Quadro 4 -	Missão, visão e princípios da Instituição criadora do projeto	60
Quadro 5 -	Desdobramento de documentos utilizados para a dissertação	64
Quadro 6 -	Ficha de Análise de Documentos do Projeto Capacitar Para Incluir	66
Quadro 7 -	Ficha de Análise de Documentos Legais e Regulamentares	67
Quadro 8 -	Ficha de Análise de Feedback dos participantes	68
Quadro 9 -	Projeto Capacitar para Incluir, curso de Assistente Administrativo registrado no Ministério do Trabalho Emprego: Aprendiz Assistente Administrativo – Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) 4110	74
Quadro 10 -	Cronograma de atividades do Projeto Capacitar para Incluir	75
Quadro 11 -	Elementos e Achados da Pesquisa	80
Quadro 12 -	Elementos para Construção de Soluções Educativas e Inclusivas	83
Quadro 13 -	Perfil demográfico dos Entrevistados Responsáveis	84
Quadro 14 -	Perfil demográfico dos Jovens Estudantes	85

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CATI</b>	Centro de Atendimento Integral
<b>CBO</b>	Classificação Brasileira de Ocupação
<b>CEP</b>	Centro de Educação Profissional
<b>CID</b>	Classificação Internacional de Doenças
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CMDCA</b>	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>COVID-19</b>	Coronavírus 2019
<b>DI</b>	Deficiência Intelectual
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>ESFL</b>	Entidades Sem Fins Lucrativos
<b>FASC</b>	Fundação de Assistência Social e Cidadania
<b>FASE</b>	Fundação de Atendimento Socioeducativo
<b>FOGAP</b>	Fórum Gaúcho de Aprendizagem Profissional
<b>FMDCA</b>	Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>FORMAP</b>	Fórum Municipal de Aprendizagem Profissional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social

<b>LBI</b>	Lei Brasileira de Inclusão
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>TEM</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>NAPNEE</b>	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
<b>ODM</b>	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSC</b>	Organização da Sociedade Civil
<b>PCD</b>	Pessoa com Deficiência
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento de Educação
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>POD</b>	Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo
<b>POA</b>	Porto Alegre
<b>RBS</b>	Rede Brasil Sul
<b>RH</b>	Recursos Humanos
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>SciELO</b>	Scientific Electronic Library Online
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SENAT</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

<b>SESCOOP</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
<b>SINAIT</b>	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
<b>SMS</b>	Secretaria Municipal de Saúde
<b>SPC</b>	Sociedade Porvir Científico
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>UNILASALLE</b>	Universidade La Salle

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>Contextualização da Legislação Referente à Profissionalização de Adolescentes e Jovens</b>	<b>24</b>
<b>2.2</b>	<b>Mapeamento da Produção Científica do Objeto de Dissertação</b>	<b>31</b>
<b>2.3</b>	<b>A Educação como projeto de vida de jovens com deficiência intelectual</b>	<b>37</b>
<i>2.3.1</i>	<i>Transformação dos Jovens com Deficiência Intelectual no Programa da Aprendizagem Profissional</i>	<i>48</i>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>52</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização do Estudo</b>	<b>52</b>
<i>3.1.1</i>	<i>Relevância, problema e objetivos da investigação</i>	<i>53</i>
<i>3.1.2</i>	<i>Relevância pessoal-profissional</i>	<i>55</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Relevância Acadêmico-Científica</i>	<i>55</i>
<i>3.1.4</i>	<i>Relevância social</i>	<i>56</i>
<i>3.1.5</i>	<i>Problema e Objetivos</i>	<i>57</i>
<b>3.2</b>	<b>Unidade de Análise</b>	<b>58</b>
<b>3.3</b>	<b>Fontes Documentais</b>	<b>63</b>
<b>3.4</b>	<b>Técnica de Coleta de Dados</b>	<b>66</b>
<b>3.5</b>	<b>Técnica de Análise de Dados</b>	<b>69</b>
<b>3.6</b>	<b>Categorias de Análise</b>	<b>70</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>71</b>
<b>4.1</b>	<b>Histórico do Projeto Capacitar para Incluir</b>	<b>71</b>
<b>4.2</b>	<b>Organização do Projeto Capacitar para Incluir</b>	<b>72</b>
<b>4.3</b>	<b>Descrição do Projeto de 2020 a 2023</b>	<b>73</b>
<b>4.4</b>	<b>Conteúdo Programático</b>	<b>74</b>
<b>4.5</b>	<b>Equipe Técnica</b>	<b>76</b>
<b>4.6</b>	<b>Metodologia de Ensino</b>	<b>77</b>
<b>4.7</b>	<b>Infraestrutura Educacional e Tecnologias</b>	<b>78</b>
<b>4.8</b>	<b>Integração dos Elementos</b>	<b>79</b>

<b>4.9</b>	<b>Avaliação do Projeto Capacitar para Incluir</b>	<b>84</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>93</b>
	<b>APÊNDICE A - Ficha de Análise de Documentos do Projeto Capacitar Para Incluir</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICE B - Ficha de Análise de Documentos Legais e Regulamentares</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE C - Ficha de Análise de Feedback de Participantes</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE D - Termo de Autorização de Estudo Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio - Direção</b>	<b>104</b>
	<b>ANEXO 1 - Card da Oportunidade do Curso</b>	<b>105</b>
	<b>ANEXO 2 - Convite Aula Inaugural</b>	<b>105</b>
	<b>ANEXO 3 - Bilhete de boas-vindas</b>	<b>106</b>
	<b>ANEXO 4 - Caneta do Projeto</b>	<b>106</b>
	<b>ANEXO 5 - Cordão de Crachá Personalizado do Projeto</b>	<b>107</b>
	<b>ANEXO 6 - Sala de aula</b>	<b>107</b>
	<b>ANEXO 7 - Certificado para Convidados</b>	<b>108</b>
	<b>ANEXO 8 - Camiseta do Projeto</b>	<b>108</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva no Brasil resulta de uma série de desenvolvimentos históricos, influenciados por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. Esse movimento se reflete de maneira marcante na aprendizagem profissional, que se estabelece como um pilar essencial para o crescimento e a integração social de jovens com Deficiência Intelectual (DI). Segundo dados da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (RS) (2023), no ano de 1992, a Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu a DI em suas duas características principais no documento Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (OMS, 2022). Essa definição foi utilizada por mais de 20 anos e serviu como base para o diagnóstico e tratamento da DI em todo o mundo.

A OMS lançou a 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que trouxe algumas mudanças para a definição da DI. A principal mudança foi a substituição do termo “deficiência mental” por “deficiência intelectual”, considerado mais adequado e respeitoso. A CID-11 define a DI como uma condição que se inicia antes dos 18 anos, caracterizada por duas dimensões principais. A primeira é a presença de limitações significativas no funcionamento intelectual, o que se traduz na dificuldade de assimilar informações novas ou complexas e na aplicação de novas competências. Este desafio transparece em múltiplas facetas da cognição e do comportamento, afetando desde a linguagem e o raciocínio até a resolução de problemas e a memória, sem esquecer o aprendizado acadêmico e as habilidades sociais (OMS, 2022).

A OMS (2022) classifica a DI em quatro níveis, conforme o grau de comprometimento do funcionamento intelectual e do comportamento adaptativo. O primeiro nível, considerado leve, ocorre quando a pessoa tem o funcionamento intelectual significativamente abaixo da média e quando apresenta limitações significativas no comportamento adaptativo em pelo menos duas áreas da vida diária, mas consegue aprender e realizar atividades ao nível adequado para sua idade e cultura. No segundo nível, moderado, o funcionamento intelectual é muito abaixo da média e há limitações significativas no comportamento adaptativo em pelo menos duas áreas da vida diária, mas a pessoa consegue aprender e realizar atividades ao nível básico e com apoio. No terceiro nível, considerado grave, o funcionamento intelectual da pessoa é muito abaixo da média e com limitações

graves no comportamento adaptativo em pelo menos duas áreas da vida diária, mas pode aprender e realizar atividades básicas com apoio substancial. Por fim, no quarto nível, considerado profundo, o funcionamento intelectual da pessoa é muito abaixo da média e há limitações graves no comportamento adaptativo em todas as áreas da vida diária, com necessidade de apoio constante.

A DI é uma condição crônica que pode ter origem em diferentes fatores. Entre esses estão fatores genéticos: síndromes genéticas, síndrome de Down, síndrome de Turner e síndrome de Prader-Willi, entre outras; fatores ambientais: exposição a toxinas durante gravidez, infecções durante a gestação ou no parto, lesões cerebrais; e, ainda, fatores desconhecidos, em que a causa da DI é ignorada.

É importante destacar que a orientação da DI pela OMS (2022) serve apenas como um guia que o diagnóstico final deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar de profissionais. Não existe cura para a DI, mas existem tratamentos e intervenções que podem auxiliar as pessoas com DI a desenvolverem suas habilidades e alcançarem seu máximo potencial. Esses tratamentos, que podem incluir a educação especial, são essenciais para as pessoas com DI, e devem ser adaptados às necessidades individuais, além de serem oferecidos em um ambiente inclusivo.

Outro tratamento utilizado é a terapia ocupacional, que pode ajudar pessoas com DI a desenvolverem suas habilidades motoras finas e grossas, a fim de poderem realizar atividades da vida diária e se adaptarem ao ambiente. Existe também a terapia da fala e da linguagem, que pode auxiliar as pessoas com DI a desenvolverem suas habilidades de comunicação. E, por fim, há atividades terapêuticas, como artes, música e esportes, as quais podem auxiliar as pessoas com DI a desenvolverem suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

Conforme Castro, Dalvit e Silva (2018), com o suporte adequado, pessoas com DI desabrocham em suas vidas, florescendo em suas capacidades e sonhos. Elas constroem famílias vibrantes, conquistam diplomas em cursos superiores, exploram o mundo com entusiasmo e realizam suas atividades com autonomia e plenitude. Laços familiares se fortalecem, lares se formam alicerçados no amor, no respeito e na união, com pais e mães mais instruídos, acompanhando e incentivando seus filhos com DI, com amor, respeito e dedicação. O conhecimento não tem limites. A emoção de pais de jovens com DI, quando os veem alcançar uma

graduação, com esforço e determinação, abrindo portas para carreiras brilhantes, é gratificante.

Nesse sentido, novas culturas são exploradas, paisagens são contempladas, horizontes se expandem e, a cada viagem, não importa se para outro bairro ou outra cidade, a alma se enriquece com experiências únicas e inesquecíveis. Da mesma perspectiva, percebe-se a busca pela autonomia, na realização de atividades de livre escolha, como esportes, artes, música, culinária, voluntariado. São escolhas feitas livremente, em que se expressam talentos e paixões, com a alegria de quem conquista sua independência. Assim, pode-se construir um mundo mais inclusivo, onde a diversidade seja celebrada e cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu potencial ilimitado.

Diante desse cenário, este estudo documental visa investigar as contribuições e desafios na aprendizagem profissional de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho, focando no Projeto Capacitar para Incluir desenvolvido pela Fundação O Pão dos Pobres.

A Sociedade Porvir Científico<sup>1</sup> implementou, em 2015, um projeto diferenciado de aprendizagem para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. A ideia era ofertar qualificação para o trabalho, elevando essas pessoas à condição de cidadãos economicamente ativos, despertando sua autonomia e participação na renda familiar. Sabe-se que as pessoas com deficiência têm poucas ofertas de cursos profissionalizantes. Em paralelo a isso, existem muitas exigências legais, como a criação de cotas a serem cumpridas por instituições públicas e privadas; a didática e a estrutura necessárias para dar conta de qualificar esse público.

Esse paradoxo foi uma das principais motivações para a iniciativa lassalista, ou seja, buscar alternativas para pessoas com deficiência que não possuem qualificação e que, por isso, não são contratadas. O projeto criado e implementado pela Instituição Sociedade Porvir Científico e executado em parceria na Fundação O Pão dos Pobres viabiliza curso gratuito de capacitação profissional na área administrativa. Oportuniza o conhecimento de rotinas cotidianas das empresas e o desenvolvimento de capacidades pessoais, sociais e também trabalho em equipe.

---

<sup>1</sup> A Sociedade Porvir Científico Integra a Rede La Salle de Educação, mantendo uma parceria histórica com a com a Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio desde 1916, perpetuando a missão educativa de São João Batista de La Salle.

Esse projeto mostra que, muito mais do que apenas cumprir a exigência de cotas de vagas destinadas por lei às pessoas com deficiência, a Sociedade Porvir Científico mobiliza recursos materiais, financeiros e capital humano para ressignificar o papel social de dezenas dessas pessoas (Unilasalle, 2015).

Ao destacar a educação inclusiva, não se pode deixar de mencionar o arcabouço legislativo que contribuiu para a implementação do programa que visa a incluir pessoas com DI. Dessa forma, menciona-se a Aprendizagem Profissional, referida na Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000, também conhecida como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual define que a formação técnico-profissional deve ser composta por duas dimensões (Brasil, 2000).

A primeira é a dimensão teórica, que regulamenta como deve ser ministrada a aprendizagem por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), devendo essas abordarem os fundamentos teóricos da área de atuação do aprendiz. A segunda é a dimensão prática, destacando-se que as empresas-campo onde a atividade deverá ser realizada sob a orientação de profissionais qualificados — precisam possibilitar ao aprendiz vivenciar o ambiente de trabalho e desenvolver habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão.

A formação técnico-profissional deve ser organizada progressivamente, de modo que o aprendiz possa desenvolver suas habilidades e competências de maneira gradual. As tarefas precisam ser desafiadoras, mas compatíveis com o nível de desenvolvimento do aprendiz. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Art. 66, destaca: “Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido” (Brasil, 1990b), ou seja, esse é um direito dos jovens estudantes e uma forma importante de garantir a sua inclusão social e o seu desenvolvimento profissional. Através desse direito, os jovens podem adquirir competências e habilidades que lhes permitam ingressar no mundo do trabalho e contribuir para a sociedade.

Contudo, jovens com DI deparam-se com múltiplos obstáculos em sua aprendizagem profissional, incluindo-se a inacessibilidade, a discriminação, e a escassez de oportunidades. Essas barreiras podem dificultar sua entrada e permanência no mundo de trabalho.

Destaca-se o conceito ‘mundo de trabalho’ conforme Baldissera (2021), que enfatiza a interação entre mão de obra e empregadores no contexto da inclusão profissional.

O mercado de trabalho é um dos conceitos que está sob o guarda-chuva do mundo do trabalho, os termos não são sinônimos, relacionado à demanda de atividade laboral por parte das organizações. Ou seja, ele se refere à interação entre mão de obra e empregadores, que oferecem vagas a serem preenchidas. O termo pode ser usado tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, nos mais diferentes setores da economia e áreas de atuação profissional (Baldissera, 2021, n.p).

Neste sentido, tendo a Fundação O Pão dos Pobres operacionalizado o Projeto Capacitar para Incluir e obtido resultados diferenciados por meio da educação personalizada, propõe-se o desenvolvimento deste estudo documental. Porém, é preciso conceituar brevemente o que seja educação personalizada.

Nas palavras de Khan, Ramsey e Khan (2023, n.p):

A educação personalizada refere-se à adaptação das atividades de ensino e aprendizagem para atender às necessidades e exigências específicas de cada aluno. Ao contrário da educação tradicional, esta abordagem dá prioridade ao aluno, atribuindo uma importância significativa às suas capacidades, interesses, preferências, características únicas e nível de conhecimento atual.

Diversos aspectos, como tempo, ritmo, material instrucional, abordagem instrucional, métodos de avaliação, recursos de aprendizagem e tecnologia, são escolhidos com base nas necessidades individuais de cada aluno. Os professores, no modelo personalizado, atuam como facilitadores, apoiando os alunos na tomada de posse da sua aprendizagem, estabelecendo objetivos pessoais, monitorando o progresso e refletindo sobre as suas realizações.

Diante disso, a presente dissertação precisa responder a seguinte questão de dissertação: como a integração entre conteúdo programático, metodologias de ensino, qualificação da equipe técnica, infraestrutura educacional e o uso das tecnologias no projeto Capacitar para Incluir, realizado na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, contribui para preparar os estudantes para a inclusão no mundo do trabalho?

A partir da problemática apresentada tem-se o seguinte objetivo geral: analisar a contribuição do conteúdo programático, as metodologias de ensino, a equipe técnica e a infraestrutura na capacitação de estudantes para sua inclusão no mundo do trabalho.

Como objetivos específicos deste trabalho, destacam-se:

- Descrever os elementos do conteúdo programático que promovem o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais nos estudantes;
- Examinar como a qualificação da equipe técnica contribuiu para a adaptação das práticas pedagógicas e o desenvolvimento das competências ao mundo do trabalho;
- Identificar as metodologias de ensino empregadas no projeto, destacando sua integração entre teoria e prática;
- Verificar como a infraestrutura educacional e tecnológica foi adaptada e utilizada para garantir acessibilidade e promoção do aprendizado inclusivo;
- Identificar, com base nos registros documentais, como esses elementos integrados desenvolvidos para o sucesso do projeto.

Para a condução desta dissertação será utilizada o método de estudo documental. Conforme Gil (2002), o estudo documental é um método de dissertação que utiliza documentos como fonte de dados. Os documentos podem ser de diversos tipos, como livros, artigos, relatórios, documentos oficiais, dentre outros, referentes ao período de quatro anos de 2020 a 2023. A unidade de análise é o Projeto Capacitar para Incluir, desenvolvido pela Fundação O Pão dos Pobres, focando nos documentos e relatórios produzidos entre 2020 e 2023.

Ao invés de ceder a um sistema onde o professor/mediador detém a autoridade final, os alunos, numa abordagem de aprendizagem personalizada, envolvem-se ativamente na formação e na concessão conjunta dos seus próprios processos de aprendizagem. O conceito de personalização baseia-se na ideia de personalização em massa, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de cultivar suas competências, conhecimentos e habilidades, podendo ser protagonistas da sua aprendizagem. A investigação indica que dar aos alunos um sentido de autonomia e controle sobre a sua aprendizagem ajuda-os a gerir o equilíbrio da sua carga de vida (todas as pressões da vida) e, como resultado, melhora o seu envolvimento com o material do curso (Khan; Ramsey; Khan, 2023).

A ação de fortalecer a autonomia dos jovens apresenta resultados imediatos. Isso ocorre por meio de participação ativa, proposição de atividades, pesquisas sobre temas de interesse, segurança na aquisição de conhecimento, formação de opinião, convivência coletiva, exercício de espera na vez de falar. A carga de vida é

mencionada como um fator crucial que afeta o envolvimento dos alunos (Khan; Ramsey; Khan, 2023).

Acrescenta-se que as famílias, da mesma forma, muitas vezes, não são ouvidas ou acolhidas no que se refere à orientação de manejo do seu filho, sentindo-se frustradas e impotentes. Para obter uma compreensão mais profunda da 'personalização', é útil contrastá-la com o conceito de 'universalismo'. O universalismo, como doutrina, defende o tratamento igualitário de todos os indivíduos, independentemente de sua condição física, intelectual e social. Aqueles com valores universalistas procuram absolutos morais e padronização, auferindo regras que possam ser aplicadas universalmente (Khan; Ramsey; Khan, 2023).

Por outro lado, indivíduos com valores particularistas buscam a singularidade e celebram o que diferencia as pessoas. Quando levadas ao extremo na educação, as abordagens universalistas resultam num sistema de produção em massa, que trata todos os alunos de forma idêntica, avaliando-os em relação a um conjunto de padrões do tipo 'tamanho único'. É verdade que as abordagens universalistas, que visam a oferecer soluções únicas para problemas complexos, podem levar a um sistema de produção em massa na educação. Isso ocorre porque essas abordagens tendem a ignorar as diferenças individuais entre os alunos e as necessidades específicas de cada contexto, não respeitando características, competências e habilidades de cada jovem.

O estudo tem início com a caracterização da dissertação, objetivos e metodologia utilizada, seguido pelo referencial teórico que embasa esta dissertação. Em seguida apresenta-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais que sintetizam os principais achados, destacando-se implicações práticas, apontando-se sugestões e direcionamentos para pesquisas futuras.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico aborda as temáticas necessárias para compreender os desafios e contribuições na aprendizagem profissional de jovens com deficiência intelectual (DI). Inicialmente, é realizada contextualização da legislação brasileira referente à profissionalização de adolescentes e jovens, com destaque para a Lei n.º 10.097/2000 (Brasil, 2000) e a Lei nº 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Em seguida, são discutidos os principais conceitos teóricos que sustentam a inclusão educacional e profissional, embasados em autores como Paulo Freire, que enfatiza a importância da autonomia e criticidade no processo educativo.

Além disso, o referencial teórico apresenta o mapeamento da produção científica relacionada ao tema, evidenciando estudos que abordam a educação inclusiva e a formação de jovens com DI. Neste mapeamento, é possível destacar dissertação que analisam a eficácia de programas de aprendizagem profissional, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para promover a inclusão. Por fim, o referencial teórico contempla a importância da personalização da educação, contrastando-a com o universalismo, para melhor atender às necessidades individuais dos alunos com DI.

### **2.1 Contextualização da Legislação Referente à Profissionalização de Adolescentes e Jovens**

No âmbito do ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 62, a aprendizagem é caracterizada como uma “[...] forma técnico-profissional ministrada ao adolescente e jovem segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem” (Brasil, 1990b). O contrato de trabalho especial é ajustado por escrito e tem prazo determinado, por meio dele, o empregador se compromete a assegurar ao adolescente/jovem, com idade entre 14 e 24 anos e inscrito em programa de aprendizagem profissional, formação técnico-profissional metódica compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Em contrapartida, conforme o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (SINAIT, 2019). Nesse contexto,

“O programa de aprendizagem deverá ser executado por entidade qualificada para esse fim” (MTE, 2008).

No entanto, é válido destacar que não há limite de idade para jovem com DI:

A pessoa com deficiência também pode ser aprendiz, mas não há limite máximo de idade para a sua contratação como aprendiz [...] e a exigência de comprovação da escolaridade deve considerar as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização (Sinait, 2019, p. 12).

A sociedade costuma incentivar ações voltadas ao adolescente/jovem, como o Programa Jovem Aprendiz, pelo qual são oferecidos cursos em centros comunitários, bolsas de estudo em instituições privadas, atividades no turno inverso ao da escola. Assim, essas iniciativas oferecem oportunidades para os jovens se desenvolverem. Neste sentido, a sociedade acredita que esses programas, na linguagem coloquial, 'retiram os jovens das ruas'. Essa é uma expressão que sugere a prevenção de comportamentos delinquentes e a promoção de um estilo de vida produtivo, ou seja: “Oportunizarão a este jovem a possibilidade de ter um projeto de vida, de ser um cidadão consciente de seus direitos e deveres, de perceber que está em transição, deixando de ser jovem para se tornar adulto” (Costanzi, 2009, p. 25).

Os programas capacitam os jovens a se tornarem cidadãos conscientes. Com isso, como observado por Costanzi (2009), o jovem adquire autonomia como ser social e de consumo, através da sua qualificação para o mundo do trabalho. Já Spindel (1985) enfatiza ainda que a qualificação profissional confere aos jovens maior autonomia social e econômica.

Sabe-se que os problemas enfrentados pela juventude são multidimensionais, sobretudo na área da educação, com: dificuldade de aprendizagem em leitura, escrita, matemática; ritmos e estilos de aprendizagem individualizados, em que é preciso respeitar o tempo de cada um. Muitas vezes, a falta de formação e o desconhecimento acerca da DI também dificultam a adaptação do ensino e a avaliação da evolução desses jovens. Existe ainda a falta de inclusão e de respeito à diversidade, o bullying e a exclusão social.

As áreas da cultura e do lazer impõem barreiras no sentido de encontrar atividades adequadas às necessidades e aos interesses dos jovens com DI, que promovam a inclusão e a participação deles na programação cultural. Entende-se haver uma ausência de políticas públicas que garantam o acesso à cultura e ao lazer para pessoas com DI.

No âmbito da saúde, percebe-se a ausência de serviços especializados e de acompanhamento médico especializado e multidisciplinar acessível. A dificuldade de comunicação também pode inviabilizar o diagnóstico e o tratamento.

Além disso, o núcleo familiar fica vulnerável a todo esse arcabouço de barreiras limitadoras para o bem-estar dos jovens com DI, considerando-se o sentimento de culpa, a ansiedade e a sobrecarga emocional de todos. Nesse sentido, faz-se necessário um suporte emocional, por meio de grupos de apoio e orientação familiar.

O texto apresentado oferece uma análise da legislação que rege a profissionalização de jovens e adolescentes no Brasil. Abordam-se os principais desafios e as oportunidades presentes nesse campo. A legislação brasileira garante aos jovens e adolescentes o direito à profissionalização, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento individual e social. Entende-se assim que o estudo se destaca por sua relevância e atualidade.

No entanto, a efetivação desse direito ainda enfrenta diversos desafios, como a falta de oportunidades de emprego e a inadequação da formação profissional às demandas do mundo do trabalho. O estudo destaca a importância da articulação entre os diferentes setores da sociedade para superar esses desafios, incluindo o governo, as empresas e as instituições de ensino. Por meio da implementação de políticas públicas eficazes e da criação de parcerias estratégicas, será possível garantir que os jovens e adolescentes tenham acesso a uma formação profissional de qualidade, e que essa os prepare para o mundo de trabalho.

Ao abordar os desafios e oportunidades da profissionalização de jovens e adolescentes, o estudo contribui para o debate sobre esse tema crucial para o futuro do país. A análise crítica da legislação e a proposição de soluções inovadoras são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Para avaliar a situação, buscou-se fazer uma retomada histórica da legislação, desde a raiz dessa questão até hoje, comparando-se os avanços e as dificuldades, verificando se, de fato, a viabilização dos direitos das crianças e dos adolescentes, independentemente da classe social a qual pertençam, é algo possível na sociedade contemporânea.

Historicamente, o trabalho sempre esteve presente na vida dos jovens das camadas populares. A pobreza contínua na história humana tem levado adultos a lançarem seus filhos ao mundo do trabalho como forma de sobrevivência. Aqueles

que se encontram em locais menos favorecidos tornam-se vulneráveis; jovens da periferia, sem domicílio, são excluídos.

Segundo Castel (1997, p.19): “A exclusão dá-se efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais”. Para o autor, “A exclusão toma o lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, cujo objetivo seria controlar, sobretudo, os fatores de dissociação social” (Castel, 1997, p. 30).

Vê-se que, ao longo da história, as leis que viabilizaram o acesso de jovens ao mundo do trabalho colaboraram para a exploração e para a ausência na rede escolar. Com todos esses aspectos somados à competitividade, o jovem que alcança a oportunidade de um emprego fica obrigado a cumprir carga horária e muitas responsabilidades para auxiliar a família financeiramente. Nesse contexto, os estudos acabam ficando em segundo plano.

No que se refere à inserção ao mundo do trabalho, os direitos da criança e do adolescente foram defendidos com a criação das primeiras leis de proteção contra o trabalho juvenil. Nesse sentido, pode-se citar o Decreto n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1891, que proíbe o trabalho noturno em determinadas ocupações, fixando a entrada mínima no mercado de trabalho em 12 anos e a carga horária em sete horas (Brasil, 1891).

Conforme explica Pereira:

No ano de 1923, o Decreto-Lei n.º 16.300 limitou a jornada de trabalho a menores de 18 anos a 6 horas. Com o Código de Menores de 1927, manteve-se, entre outras medidas, a idade de 12 anos para ingresso no mercado de trabalho; com o Decreto-Lei — Lei n.º 220.242 de 1932, a idade elevou-se para 14 anos (Pereira, 1994, p. 16).

Segundo Pereira (1994), as constituições de 1934, 1937 e 1946 mantiveram o limite de idade de 14 anos para o ingresso no mercado de trabalho, sendo que, em 1946, proibiu-se a existência de diferença salarial entre os trabalhadores adultos e jovens, e o trabalho noturno aos menores de 18 anos. Em 1943, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) ocupou-se da proteção aos trabalhadores menores de idade em seus artigos 402 e 441 (Brasil, 1943).

A Constituição de 1967 (Brasil, 1967) manteve a proibição da diferença entre trabalhadores adultos e menores de idade e limitou a idade em 12 anos para o ingresso no mercado de trabalho. Ainda, “Sob o abrigo deste diploma público, houve uma obrigatoriedade das empresas no sentido de empregarem adolescentes entre

5% e 10% de seu quadro de funcionários” (Pereira, 1994, p. 17). Neste mesmo ano, a Lei n.º 5.274 (Brasil, 1967) fixou o salário-mínimo da criança e do adolescente em 50% do salário-mínimo regional para os ‘menores’ de 16 anos, e em 75% para os jovens entre 16 e 18 anos.

De acordo com Romanelli:

No início da década de 40, a economia impunha várias restrições às importações para a expansão da indústria, impulsionando a preparação urgente de mão de obra. Porém, o sistema educacional brasileiro não dispunha da infraestrutura necessária para a implantação de ensino profissional (Romanelli, 1980, p. 58).

A indústria exigia formação mínima, o que levou o governo a realizar uma parceria com a Confederação Nacional das Indústrias, criando o SENAI, visando administrar escolas de aprendizagem, preparando mais rapidamente o ‘menor aprendiz’<sup>2</sup>.

Segundo explica o autor:

Foi criado o Decreto-Lei n.º 4.481/1942 que dispõe sobre a obrigação do estabelecimento a empregar aprendizes menores, num total de 8% correspondente ao número de operários neles existentes e matriculados nas escolas mantidas pelo SENAI, com prioridade para os filhos dos operários (Romanelli, 1980, p. 166).

A partir dessa necessidade, foram organizadas as escolas técnicas federais, através da criação do Decreto-Lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com a mesma estrutura do SENAI, porém dirigido e gerenciado pela Confederação Nacional do Comércio (Brasil, 1946).

Romanelli ensina que:

Na época da criação do ensino profissionalizante, quem pertencia às camadas médias e superiores matriculava-se no ensino secundário e superior como meio de acrescentar ou adquirir posição, demonstrando que essas camadas foram as mais beneficiadas pelo sistema educacional. (Romanelli, 1980, p. 168).

Paralelamente a isso, as camadas populares procuravam as escolas primárias e profissionalizantes (que ministravam cursos de formação com duração semelhante ao ensino secundário), cursos de aprendizagem de preparo rápido, além de cursos de especialização e aperfeiçoamento, com durações variadas. Com isso, “O sistema oficial de educação ocupou-se predominantemente dos cursos de

---

<sup>2</sup> Usava-se o termo ‘menor aprendiz’, ou ‘menor’ para adolescente/jovem; esse evento foi antes da criação do ECA (Lei nº 8.069/1990b).

formação, e o SENAI e o SENAC ministravam preferencialmente os cursos rápidos de aprendizagem” (Romanelli, 1980, p. 168).

Os jovens que pertenciam às famílias com melhores condições econômicas permaneciam na escola o tempo necessário para a conclusão do ensino médio, pois não necessitavam trabalhar de imediato. Aqueles que tinham urgência em aprender um ofício procuravam as escolas de aprendizagem mantidas pelo SENAC e SENAI. Os adolescentes precisavam trabalhar mais cedo e não podiam frequentar escolas do sistema oficial.

Romanelli (1980) ressalta que as escolas vinculadas ao Sistema S — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) — eram as únicas a oferecer bolsas de estudo, o que as tornava especialmente atrativas para os jovens com recursos financeiros limitados.

Os anos de 1948/1958 a 1961 foram um período de debates calorosos e prolongados sobre a reforma do ensino, tendo se encerrado apenas com a aprovação da Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961). Em 12 de fevereiro, foi instalado o Conselho Federal de Educação, que aprovou o Plano Nacional de Educação para o período de 1962/1970 (Brasil, 1962).

Segundo Romanelli:

O plano veio para qualificar a escolarização de 100% da população com idade entre 7 e 14 anos, 50% das séries do ginásio no qual a idade era de 13 a 15 anos, e 30% das duas últimas séries do ginásio no qual a idade era de 15 a 18 anos. (Romanelli, 1980, p. 186).

O plano foi revisto nesse período e adequado conforme as necessidades e realidades da educação no Brasil, até agora. Na década de 80, com o avanço da educação, das políticas, da legislação e dos debates sobre criança e adolescente vividos no país, também na área da regulamentação do trabalho infante-juvenil, consolidaram-se conquistas como a Convenção sobre os Direitos da Criança, um tratado que visa à proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo, aprovada pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 (UNICEF, 1989), promulgado pelo Brasil em 1990 (Brasil, 1990a).

Em 1987, o Governo Federal instituiu o Programa Bom Menino (Brasil, 1987), decreto n.º 94.338, de 18 de maio de 1987, que visava inserir no mercado de trabalho crianças e adolescentes carentes entre 12 e 18 anos. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) proibiu a diferença de salários entre adultos e adolescentes, como o trabalho noturno, perigoso, insalubre e qualquer tipo de trabalho imposto a menores de 14 anos, salvo como aprendiz.

Segundo Marques, com o advento do ECA, viabilizou-se a garantia dos direitos:

O ECA assegurará às crianças e aos adolescentes o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Para além dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal — o direito à convivência familiar e comunitária, o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. (Marques, 2002, p. 33).

Com o estatuto, regulamentou-se o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, incentivando a aprendizagem, garantindo a formação técnico-profissional e a frequência no ensino regular por parte do adolescente. O aprendiz passou a ter todos os seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Assim, o ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, destinou o capítulo cinco ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho: “Art. 60 — É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo nas condições de aprendiz” (Brasil, 1990b).

Desde a década de 40 até agora, o Sistema S é responsável pela aprendizagem profissional, que para as empresas equivale a 10% de aprendizes, conforme o número de funcionários. Com o aumento da demanda e a oferta de cursos, o Sistema S viu-se obrigado a encaminhar os jovens aprendizes às Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Os cursos oferecidos nestas ESFL são validados, registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e acompanhados pelo CMDCA.

Conforme o Decreto n.º 5.598/2005, em seu Art. 32 (Lei da Aprendizagem):

Compete ao MTE organizar o cadastro nacional das ESFL qualificadas em formação técnico-profissional-metódica e disciplinar a compatibilidade entre o conteúdo e a duração do programa de aprendizagem, garantindo a sua qualidade (Brasil, 2005).

As ESFL, que têm por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, prestam atendimento por meio de aulas teóricas, práticas e acompanhamento social e psicológico, fazendo a diferença no resultado do trabalho

desenvolvido. Há uma interface com a família, por meio da realização de visitas domiciliares, acompanhamento da frequência do jovem na escola, reuniões com os pais ou responsáveis.

Os profissionais envolvidos realizam o mapeamento da realidade na qual vivem a família e o jovem, colocando a instituição na posição de parceira desta família para auxiliar no projeto de vida de seu filho. Tais ações contribuem para melhor convivência familiar e comunitária, diferenciando-se das ações desenvolvidas pelo Sistema S, em que não há esse tipo de atendimento.

Considerando-se todo o aparato da legislação, deve-se atentar para que não apenas seja regulamentado o trabalho juvenil, mas para serem garantidos aos jovens os benefícios trabalhistas e previdenciários, o direito ao trabalho digno e principalmente a garantia de acesso à escola. Assim, os jovens são incluídos no mercado de consumo e contribui-se para o rompimento do círculo de pobreza, com formação profissional adequada, possibilidade de socialização e fortalecimento de vínculos.

Em Porto Alegre, existe, desde 2003, o Fórum Municipal de Aprendizagem Profissional (FORMAP). Este fórum é composto por ESFL que têm ou querem ter o registro para desenvolver o programa Jovem Aprendiz na cidade. É um fórum aberto que acontece atualmente na segunda sexta-feira de cada mês na sede do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). É um espaço de reflexão, de troca de experiências, de estudos e debates em torno das políticas públicas para o adolescente e o jovem.

## **2.2 Mapeamento da Produção Científica do Objeto de Dissertação**

A dissertação nos bancos de dados científicos iniciou pela plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para ser possível a realização desta busca por pesquisas científicas já realizadas, utilizaram-se de descritores conexos à temática desta dissertação. Desta forma, inseriu-se primeiramente na busca avançada no banco de dados científicos os descritores 'educação', 'aprendizagem' e 'jovem', resultando em 66 dissertações e nenhuma tese. A segunda busca, por meio dos descritores 'mundo do trabalho', resultou em 333. Já na terceira busca, utilizaram-se os descritores 'competência' e 'inclusão',

resultando em 256 teses. Do total de 655 trabalhos pesquisados, 644 foram descartados, sendo que alguns estavam em duplicidade.

Após, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para verificação da relevância com a pesquisa e destes foram descartados mais 16 trabalhos. Por fim, obteve-se como resultado cinco trabalhos, destes, cinco dissertações. O Quadro 1 apresenta um panorama dos achados na plataforma CAPES.

Quadro 1 – Resultados Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Autor(es), Ano	Título da Dissertação	Principais achados
Elisiane Perufe Alles, (2020)	Formação continuada de professores no processo de transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual	O aprendizado de comportamentos adaptativos possibilita ao jovem com DI maior independência, aumento da qualidade de vida e preparo para a participação e inserção social.
Bianca Cristina dos Santos, (2020)	Filho de peixe, peixinho é? A reprodução de desigualdades sociais nos processos de seleção para o programa jovem aprendiz	O mercado de trabalho, ações para a empregabilidade, o movimento de descentralização das ações do Estado e a reprodução de desigualdades, o presente trabalho analisa características sociais dos alunos e candidatos ao Programa Jovem Aprendiz, com base em dados cadastrais disponíveis em plataformas do então Ministério do Trabalho.
Louise Dall Agnol de Armas, (2020)	Sentidos subjetivos de estudantes com deficiência em cursos técnicos integrados ao ensino médio	Pensar a educação inclusiva requer olhar não apenas para marcos legais e ações institucionais, mas também para a esfera individual dos estudantes, a fim de ampliar o debate sobre o processo inclusivo. As pessoas com deficiência foram e ainda são segregadas da participação social, apesar de avanços nos debates e a promulgação de leis e decretos, que desde 1990 defendem a participação de todas as pessoas na escola.
Gisele Guimaraes de Oliveira, (2020)	Estudo sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência em uma instituição da RFEPCT.	Verificar a atuação dos professores e dos integrantes do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE) da Educação Profissional com pessoas com deficiência.
Andrea Carla Bastos Pereira, (2020)	Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental público ludovicense	A educação inclusiva se fundamenta no princípio de que todos os alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizagem e a escola aberta à diversidade. Na perspectiva de uma prática docente que atenda às necessidades e as diferenças dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, considerando o desenvolvimento das competências e habilidades de todos os alunos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os trabalhos apresentados no Quadro 1 destacam-se pelo aprendizado e comportamentos adaptativos e pela formação continuada, contribuindo para o desenvolvimento desta dissertação. Evidenciam ainda a importância e a atualidade do tema vinculado à educação inclusiva. Dessa forma, os trabalhos apresentados no Quadro 1 se configuram como fontes valiosas de informação e inspiração para o desenvolvimento da presente dissertação. Através da análise crítica e aprofundada desses estudos, será possível construir um conhecimento mais sólido sobre a aprendizagem adaptativa e a educação inclusiva, buscando contribuir para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo para todos.

A seguir, no Quadro 2, são apresentados os artigos encontrados na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), que contribuem com a temática do estudo em questão. A seleção dos artigos para esta dissertação se assemelhou a uma jornada de descobertas, guiada por um processo de busca e análise. O referido Quadro sintetiza cinco estudos, no entanto, a busca na plataforma SciELO revelou 33.

Quadro 2 – Resultados descritores na Scientific Electronic Library Online (SciELO)

Autor(es), ano	Título	Principais achados
Evandro Salvador Alves de Oliveira Sálua Cecílio, (2022)  Artigo	Dos cadernos amarelos aos arquivos infinitos: Metamorfoses do trabalho docente na cultura digital.	O mundo do trabalho tem sido significativamente reorganizado na cultura do capitalismo global e flexível e vem requerendo um novo perfil de trabalhador. Assim, também o trabalho docente é modificado em razão das metamorfoses simultâneas ocorridas a partir dos constantes movimentos no âmbito da economia, educação, política, e até mesmo em função da cultura digital, que afetam a vida e a profissão dos professores.
Mary Cristina Olimpio Pinheiro Aline Maira da Silva e Eladio Sebastián-Heredero, (2021)  Artigo	Caracterização das relações interpessoais entre alunos com deficiência intelectual e seus pares.	As relações interpessoais entre alunos com DI e seus colegas de sala de aula em contextos escolares inclusivos.  Competência social dos alunos com DI e das suas características, do ambiente da sala de aula. Acredita-se que, por meio do investimento na promoção de habilidades sociais na escola, será possível contribuir para a

		construção de um ambiente propício a práticas educacionais inclusivas.
Camila Mugnai VIEIRA Sadao OMOTE, (2021)  Ensaio Teórico	Atitudes sociais de professores em relação à inclusão: Formação e mudança.	Como todo ser humano, os professores constroem concepções, atitudes sociais, representações, crenças e expectativas em relação ao mundo e às pessoas ao seu redor. No contexto de sala de aula, esses elementos referem-se aos seus alunos e ao seu desempenho escolar. O trabalho docente pode ser influenciado por diversas variáveis. É propósito deste ensaio teórico examinar, especificamente, as atitudes sociais em relação à inclusão e as possíveis intervenções para modificá-las.
Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva e Leôncio Soares, (2021)  Artigo	Educação de Jovens e Adultos na esfera municipal em Minas Gerais	A ampliação dos encargos subnacionais com a educação básica interroga o protagonismo do poder local desde os anos de 1990. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) insere-se na agenda dos compromissos municipais e desperta a atenção quanto às formas de atendimento que têm sido realizadas a fim de se cumprir com o direito de todos à educação.
Amanda Costa Camizão, Patricia Santos Conde e Sonia Lopes Victor, (2021)  Artigo	A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial?	O processo de implementação do ensino remoto com vistas à garantia do atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da educação especial em tempo de pandemia da covid-19.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Após a leitura cuidadosa dos títulos e dos resumos dos artigos, optou-se pelo aprofundamento em quatro artigos e em um ensaio teórico destacado. Cada artigo foi cuidadosamente escolhido por sua relevância e pertinência ao tema central, oferecendo diferentes perspectivas e nuances que enriqueceram a análise e aprofundaram a compreensão do problema em foco. Para iniciar essa jornada, foram utilizados os descritores ‘educação’, ‘aprendizagem’ e ‘jovem’, resultando em oito dissertações e nenhuma tese; a segunda busca usou o descritor ‘mundo do trabalho’, com 16 artigos e duas dissertações; já na terceira busca, utilizaram-se os

descritores ‘competência’ e ‘inclusão’, com cinco artigos, uma dissertação e um ensaio teórico. Ao todo, foram encontrados 33 estudos com a temática da pesquisa, descartando-se 28 estudos por não estarem ligados a esta dissertação. Desses, foram obtidos quatro artigos e um ensaio teórico.

Por último, o Quadro 3 apresenta um panorama dos achados na plataforma de busca Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sintetizando-se em cinco estudos. Já na busca na plataforma, foram encontrados 113. Após a leitura cuidadosa dos títulos e dos resumos dos artigos, optou-se pelo aprofundamento nas cinco dissertações destacados. A escolha dos artigos para esta dissertação assemelha-se à criação de estudos de periódicos selecionados, contribuindo para o estudo da dissertação. Cada artigo, com sua riqueza de detalhes e nuances, oferece uma perspectiva singular sobre os descritores, complementando e enriquecendo a análise e a compreensão. Para iniciar essa jornada, foram utilizados os descritores ‘educação’, com sete dissertações; logo após ‘aprendizagem’ e ‘jovem’, com 15 dissertações e nenhuma tese; a terceira busca usou os descritores ‘competência’ e ‘inclusão’, com seis dissertações e, por fim, usou-se o descritor ‘mundo do trabalho’, com 85 dissertações. No total, foram encontrados 113 estudos com a temática da dissertação, descartando-se 108 trabalhos pelo motivo de não se enquadrar à temática desta dissertação. Desses, foram obtidas seis dissertações.

Quadro 3 – Resultados descritores na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Autor(es), ano	Título da Dissertação	Principais achados
Rosa, Denise Cristina Silva, 2021	Programa Jovem Aprendiz: as contribuições da formação para inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho	Analisar as contribuições da formação profissional dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional. que de fato essa formação contribuiu para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.

<p>Coêlho, Helleny Batista Correia Lima, 2022</p>	<p>Aprendizagem no contexto do trabalho a partir da Lei n.º 10.097/2000: uma análise de teses e dissertações no campo da educação.</p>	<p>No universo das pesquisas que entrecruzaram os temas Lei n.º 10.097/2000 e Aprendizagem, foram selecionadas aquelas na esfera da Educação. A relação entre educação, trabalho e aprendizagem estabelecida pela pesquisa possibilitou identificar, ainda, que as vivências dos jovens amparados pela Lei 10.097/2000, quando conjugam os saberes escolares, ressignificam o exercício do trabalho em suas vidas, criando diferentes sentidos para a aprendizagem por meio da realização do ofício.</p>
<p>Pereira, Cíntia Beatriz Duarte, 2023</p>	<p>Um manual teórico-prático de técnicas de ensino-aprendizagem acessíveis e inclusivas para o ensino superior</p>	<p>O objetivo geral da pesquisa é construir um manual teórico-prático de técnicas de ensino aprendizagem acessíveis e inclusivas para o ensino superior baseado nas metodologias ativas de ensino e, também, nos recursos didáticos inclusivos com o propósito de tentar melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, a pesquisa observou o processo de ensino aprendizagem no curso de CB/UFF, levantou o número de EcD; consultou os educandos acerca do atual processo de ensino-aprendizagem para EcD e verificou se os professores conhecem técnicas de ensino-aprendizagem acessíveis e inclusivas e se as utilizam. Fundamenta-se nas legislações e teóricos que abordam sobre: o ensino-superior, a deficiência e o ensino-aprendizagem.</p>
<p>MARIA, Renato Pandur Santos e Danielle Aparecida do Nascimento, 2019</p>	<p>Indicadores para a construção de REA na educação superior em uma perspectiva de inclusão</p>	<p>Parte-se da perspectiva de que o aprimoramento das práticas pedagógicas exerce papel fundamental nas questões que envolvem o chamado paradigma de Educação Inclusiva, no Brasil e no mundo. A partir do final do século XX a Educação Especial passou a ser articulada à Educação Inclusiva, mas, os transtornos de linguagem e interação são um desafio para a escolarização regular de pessoas com TEA. Para que estudantes com esse perfil desenvolvam o seu potencial nos diferentes níveis e modalidades de educação, as tecnologias digitais e a Tecnologia Assistiva podem ser valiosas na validação de estratégias com foco na aprendizagem desses estudantes e para todos, sobretudo porque na geração atual os jovens interagem e se comunicam por tecnologias digitais. O objetivo principal foi analisar o processo de estruturação de indicadores para a construção de Recursos Educacionais Abertos visando o ensino e a aprendizagem de estudantes com TEA no contexto do Ensino Superior, na perspectiva da inclusão.</p>
<p>Palmeira, Robson Lima, 2019</p>	<p>Criação e validação de um instrumento digital de acompanhamento de egressos para educação profissional e tecnológica: um estudo piloto</p>	<p>Este estudo pretende geral a criação e validação de um sistema digital de acompanhamento do egresso para a educação profissional e tecnológica. Através desta ferramenta, pretende-se restabelecer o vínculo entre os profissionais que foram para o mundo do trabalho e instituições educativas mediadas pelos egressos, a fim de contribuir na formação de novos profissionais apresentando a sua visão do mundo do trabalho. Esse monitoramento é fundamental para a avaliação dos cursos, sobretudo para o planejamento de novas ações e reformulação de propostas</p>

		pedagógicas, de modo a melhorar a qualidade de ensino. O estudo mostra os conhecimentos adquiridos pelos egressos durante o curso possibilitando traçar o seu perfil profissional e avaliação da qualidade da sua formação profissional proporcionada pela instituição formadora, quanto aos conhecimentos teóricos e práticos e quais as competências e habilidades indispensáveis aos profissionais, que estão inseridos ou não no mundo do trabalho. O produto final, além de apresentar suporte teórico, já que está pautado em pesquisa bibliográfica e empírica, tem sua importância potencializada por esse aspecto prático.
Silva Junior, Diomario da Pereira, Amauri Mendes, 2019  <b>Dissertação</b>	Programa Jovem Aprendiz e a questão racial no Brasil: impactos na vida escolar e na vulnerabilidade da juventude afrodescendente	O Programa Jovem Aprendiz foi regulamentado pela Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000, tem como premissa a “formação técnico-profissional” (Art. 428, §4º) de jovens com faixa etária a partir de 14 até 24 anos. Esta investigação parte da observação do cotidiano das escolas públicas onde trabalho e dos jovens lá matriculados que são informados e instrumentalizados para participarem do Programa Jovem Aprendiz. O processo de seleção, assim como as origens da legislação até chegar à Lei da Aprendizagem, assim como quais jovens são selecionados para participar do Programa e em quais atividades são preparados para a futura entrada como profissionais no mercado de trabalho, são cerne dessa dissertação. Vale ressaltar que a pesquisa aponta para a existência da diferenciação racial em relação à efetivação dos jovens no programa, indicando a necessidade de uma discussão de uma política específica para a juventude negra e o trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Após a análise dos trabalhos apresentados nos quadros anteriores, elaborou-se uma lista de frequência para medição das palavras que foram mais utilizadas na escrita dos trabalhos.

Em sua dissertação de mestrado, Maria (2019) destaca que as tecnologias digitais e a Tecnologia Assistiva podem ser valiosas na validação de estratégias com foco na aprendizagem desses estudantes e para todos, sobretudo porque na geração atual os jovens interagem e se comunicam por tecnologias digitais.

### 2.3 A Educação como projeto de vida de jovens com deficiência intelectual

No livro, A pedagogia: teoria e práticas da antiguidade a nossos dias, os autores Gauthier e Tardif (2014) definem a educação como um processo social, intencional e organizado, com objetivo de promover o desenvolvimento integral do indivíduo, por meio da aquisição de conhecimentos, habilidades e valores. A educação intencional visa a atingir objetivos como uma educação organizada,

abrangendo o desenvolvimento integral do indivíduo, a fim de promover todas as dimensões do indivíduo, incluindo o corpo, a mente e o espírito.

Em sua dissertação, Vieira e Omote (2021) relatam as atitudes sociais em relação à inclusão e às possíveis intervenções para modificá-las. Essa definição é abrangente e incorpora os principais aspectos da educação, como essa sendo um processo social, que ocorre em um contexto social, e que influencia o processo educativo.

Além dessa definição geral, os autores também apresentam uma definição mais específica de Educação escolar. Para eles, é um processo intencional, organizado e sistemático, que ocorre em instituições formais de ensino, visando promover o desenvolvimento integral do indivíduo.

Essa definição destaca os seguintes aspectos da educação escolar: 1) a educação escolar é intencional, um processo intencional, que visa a atingir objetivos específicos, definidos pelos currículos escolares; 2) a educação escolar é um processo organizado, que se desenvolve de forma estruturada, em instituições formais de ensino; 3) a educação é sistemática, segue um conjunto de princípios e métodos. Essas definições de educação são importantes para a compreensão da natureza e do papel da educação na sociedade.

A necessidade faz com que as famílias obriguem seus filhos a ingressarem precocemente no trabalho, implicando negativamente em seu desenvolvimento e na qualidade de seu aproveitamento escolar, intelectual, motor, físico, social e psicológico. No entanto, o jovem tem a oportunidade de ingressar no mundo do trabalho através da profissionalização. Um dos principais desafios do Brasil é viabilizar e assegurar a todos os jovens a conclusão do ensino básico.

Consoante o artigo de Charlot (2006), a pesquisa educacional é uma área de conhecimento que se situa entre os conhecimentos, as políticas e as práticas educacionais. Isso significa que a pesquisa educacional não se limita a estudar a educação, mas também a contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, políticas e práticas educacionais.

Portanto, pode-se dizer que a pessoa faz pesquisa 'em' educação. A palavra 'em' indica que a pesquisa educacional é um processo de produção de conhecimento que ocorre dentro do campo da educação. Esse conhecimento é produzido a partir de diferentes abordagens e métodos, e pode ser utilizado para compreender, melhorar ou transformar a educação. Charlot (2006) também destaca

que a pesquisa educacional é um campo de conhecimento aplicado. Isso significa que os resultados da pesquisa educacional devem ser relevantes para a realidade educacional.

Em vista disso, a pesquisa educacional não deve ser apenas um exercício intelectual, mas também uma ferramenta para a melhoria da educação. A pesquisa educacional é um processo de produção de conhecimento que ocorre dentro do campo da educação e cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da educação, como:

- a) estudos sobre os processos de ensino e aprendizagem;
- b) estudos sobre as relações entre escola e sociedade;
- c) estudos sobre os desafios da educação contemporânea;
- d) estudos sobre as políticas educacionais;
- e) estudos sobre as práticas pedagógicas.

Esses estudos são realizados a partir de diferentes abordagens e métodos, como a pesquisa qualitativa, a pesquisa quantitativa e a pesquisa-ação. Conforme Freire (1996), o campo da educação é um espaço de disputa de diferentes discursos, que refletem as diferentes concepções sobre a educação, a sociedade e o papel da escola. A pesquisa educacional é uma área de conhecimento essencial para a compreensão e a melhoria da educação. Ela fornece informações e percepções que podem ser usadas para melhorar as práticas pedagógicas, para formar professores e para apoiar a inovação educacional. Alguns dos discursos presentes no campo da educação, segundo Freire (1996), incluem:

- a) Discurso da escola como instituição transmissora de conhecimento: enfatiza o papel da escola na transmissão de conhecimentos e habilidades aos alunos; a escola é vista como um espaço de reprodução do conhecimento e da cultura dominante.
- b) Discurso da escola como espaço de formação integral: reforça o papel da escola na formação integral dos alunos, incluindo o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, socioemocionais e culturais; a escola é vista como um espaço de construção de conhecimento e de cidadania.
- c) Discurso da escola como espaço de inclusão: salienta o papel da escola na inclusão de todos os alunos, independentemente de suas origens sociais,

culturais ou econômicas; a escola é vista como um espaço de equidade e justiça social.

- d) Discurso da escola como espaço de emancipação: destaca o papel da escola na emancipação dos alunos, ou seja, em sua libertação de todas as formas de opressão e desigualdade; a escola é vista como um espaço de transformação social.

Discursos presentes no campo da educação:

- a) Discurso da escola como instituição transmissora de conhecimento: a escola é o lugar onde as crianças aprendem o que precisam para serem bem-sucedidas na vida.
- b) Discurso da escola como espaço de formação integral: a escola não deve apenas ensinar conteúdos, mas também deve formar cidadãos conscientes e críticos.
- c) Discurso da escola como espaço de inclusão: a escola deve ser um lugar para todos, independentemente de sua origem.
- d) Discurso da escola como espaço de emancipação: a escola deve preparar os alunos para serem agentes de transformação social.

A educação é uma atividade humana que remonta aos primórdios da civilização. Nas sociedades primitivas, a educação era informal e se limitava à transmissão de conhecimentos e habilidades essenciais para a sobrevivência, como a caça, a coleta e a agricultura. Com o desenvolvimento das sociedades, a educação se tornou mais formal e organizada, desempenhada por especialistas, como professores e sacerdotes.

A história da educação é marcada por diversas mudanças e transformações. No período clássico, a educação era centrada na formação do cidadão, sendo voltada para o desenvolvimento das virtudes morais e intelectuais. A pesquisa educacional não se limita a estudar a educação, mas também a contribuir para o seu desenvolvimento (Charlot, 2006).

Na Idade Média, a educação foi influenciada pela Igreja Católica, sendo voltada para a formação do fiel. No Renascimento, a educação foi marcada pelo retorno aos valores clássicos, sendo voltada para o desenvolvimento do indivíduo. Na Idade Moderna, a educação foi influenciada pela Reforma Protestante, sendo voltada para a formação do cristão.

Na Idade Contemporânea, a educação é marcada pela expansão da escolaridade e pela diversificação das propostas pedagógicas. O estatuto epistemológico e prático da educação é complexo e controverso. De um lado, a educação é considerada uma ciência, pois se baseia em conhecimentos e métodos científicos. Por outro lado, a educação é considerada uma arte, ao exigir sensibilidade e criatividade do educador.

A educação é uma ciência, pois se baseia em conhecimentos e métodos científicos, estes conhecimentos são obtidos por meio de pesquisas e experimentos, que permitem compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano (Charlot, 2006). Os métodos científicos permitem avaliar a eficácia das práticas educativas e identificar as melhores formas de ensinar e aprender. É também uma arte, ao exigir sensibilidade e criatividade do educador, ele precisa conseguir compreender as necessidades e interesses dos alunos e de criar estratégias de ensino que sejam eficazes e atrativas, precisa conseguir criar um ambiente de aprendizagem estimulante e desafiador.

A educação é um processo complexo e dinâmico, que está em constante evolução, a história da educação revela que esta atividade é fundamental para o desenvolvimento humano e social. Permite que as pessoas adquiram conhecimentos, habilidades e valores que são essenciais para a sua plena realização como indivíduos e como cidadãos.

No contexto atual, a educação enfrenta diversos desafios, como a desigualdade social, a pobreza e a violência. Apesar destes desafios, continua sendo uma das mais importantes ferramentas para a transformação social. Ela é a chave para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. A temática 'capacitar para incluir' está intimamente ligada à história e ao estatuto epistemológico e prático da educação. Isso porque, para a inclusão ser efetiva, é necessário que todos os envolvidos no processo educativo, incluindo professores, gestores, pais e alunos, estejam capacitados para lidar com a diversidade (Charlot, 2006).

Na história da educação, observa-se que a inclusão sempre foi um desafio. No passado, as pessoas com DI eram frequentemente excluídas da educação formal, em função de uma série de fatores, como a falta de compreensão sobre as necessidades específicas dessas pessoas, o preconceito e a discriminação.

Com o avanço da ciência e da tecnologia, a sociedade passou a compreender melhor as necessidades das pessoas com DI. Isso levou a mudanças na legislação e nas políticas públicas, que passaram a garantir o direito à educação inclusiva. No entanto, para a inclusão ser efetiva, é necessário que todos os envolvidos no processo educativo estejam capacitados para lidar com a diversidade. Isso significa que os professores precisam ter formação específica em educação inclusiva, para poderem adaptar o currículo e as estratégias de ensino às necessidades dos alunos com DI.

Os gestores também precisam estar capacitados para criar um ambiente escolar inclusivo, que seja acessível e acolhedor para todos os alunos. Os pais precisam estar envolvidos no processo educativo, para apoiar os filhos com DI e colaborar com a escola.

E, por fim, os alunos com DI precisam ter oportunidades de participar de todas as atividades escolares, como aulas, atividades extracurriculares e eventos sociais. A prática concreta do ensinar e do aprender com vistas à humanização. Portanto, a temática 'capacitar para incluir' é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação inclusiva é um direito de todos, e a capacitação dos envolvidos no processo educativo é essencial para garantir que esse direito seja cumprido.

De acordo com Franco, Libâneo e Pimenta (2011), os autores definem a práxis educativa como uma ação intencional, reflexiva e transformadora, cujo objetivo é promover a formação humana. Essa definição é baseada na compreensão de que a Pedagogia é uma ciência da práxis, cujo objeto de estudo é a ação pedagógica. A seguir, alguns exemplos concretos de como a capacitação para inclusão pode ser aplicada na prática:

- a) Os professores podem participar de cursos e workshops sobre educação inclusiva, onde aprenderão sobre as diferentes deficiências, os direitos das pessoas com DI e as melhores práticas pedagógicas para a inclusão.
- b) As escolas podem criar um departamento de educação inclusiva, responsável por desenvolver e implementar políticas e práticas inclusivas.
- c) Os pais podem participar de grupos de apoio e orientação, onde aprenderão sobre como apoiar os filhos com DI.
- d) Os alunos com DI podem participar de programas de mentoria, onde serão acompanhados por alunos sem deficiência.

Os destaques principais dos temas citados são:

- a) História e estatuto epistemológico e prático da educação:
- A educação é uma atividade humana fundamental para o desenvolvimento humano e social;
  - A educação é um processo complexo e dinâmico, que está em constante evolução;
  - A educação é considerada uma ciência, pois se baseia em conhecimentos e métodos científicos;
  - A educação é também uma arte por exigir sensibilidade e criatividade do educador.
- b) Capacitar para incluir:
- A inclusão é um direito de todos, e a capacitação dos envolvidos no processo educativo é essencial para garantir que esse direito seja cumprido;
  - Para a inclusão ser efetiva, é necessário que todos os envolvidos no processo educativo, incluindo professores, gestores, pais e alunos, estejam capacitados para lidar com a diversidade;
  - A capacitação para inclusão pode ser aplicada na prática de diversas maneiras, como por meio de cursos, workshops, programas de mentoria.

A relação entre esses dois temas é que, para a educação ser inclusiva, é necessário que todos os envolvidos no processo educativo estejam capacitados para lidar com a diversidade. Isso significa que os professores precisam ter formação específica em educação inclusiva, para poderem adaptar o currículo e as estratégias de ensino às necessidades dos alunos com DI. Os gestores também precisam estar capacitados para criar um ambiente escolar inclusivo, que seja acessível e acolhedor para todos os alunos.

Os pais precisam estar envolvidos no processo educativo, para apoiar os filhos com DI e colaborar com a escola. E, por fim, os alunos com DI precisam ter oportunidades de participar de todas as atividades escolares, como aulas, atividades extracurriculares e eventos sociais.

A capacitação para inclusão é um investimento importante para a sociedade. Ao capacitar os envolvidos no processo educativo, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos tenham as mesmas oportunidades

de aprender e se desenvolver, como agentes de transformação social. Esses discursos são frequentemente contraditórios e podem gerar conflitos no campo da educação. Por exemplo, o discurso da escola como instituição transmissora de conhecimento pode entrar em conflito com o discurso da escola como espaço de formação integral.

Isso porque o foco na transmissão de conhecimentos pode levar à exclusão de outros aspectos importantes da educação, como o desenvolvimento socioemocional e a formação cidadã. É importante estar ciente dos diferentes discursos presentes no campo da educação para podermos participar de forma consciente e crítica das discussões sobre educação. Em 2007, foi instituído o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), que criou estratégias de enfrentamento a problemas que entravam o sistema de educação nacional, reconhecendo as conexões entre educação básica, superior, profissionalizante e alfabetização, com vistas à qualidade do ensino e seus resultados, como a proficiência e progressão.

A aprendizagem é compatível com o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social, e compreende a educação profissional na modalidade de formação inicial e continuada. Objetiva o desenvolvimento das seguintes competências:

- a) Competência pessoal – aprender a ser;
- b) Competência relacional – aprender a conviver;
- c) Competência cognitiva – aprender a conhecer;
- d) Competência produtiva – aprender a fazer.

As competências remetem aos pilares da educação, constantes no Relatório de Delors (1996), no sentido de articular e colaborar visando Desenvolvimento do Milênio (ODM), mais especificamente o de número dois que trata de universalizar a educação primária (ODM, 2010), entende-se que a Aprendizagem fortalece essa meta de alfabetização de jovens no Brasil. As informações da Figura 1, extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE (2023), demonstram o crescimento da taxa de alfabetização nos últimos anos, considerado um dado positivo para a profissionalização dos jovens.

Figura 1 – Taxa de alfabetização nos últimos anos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Fonte: IBGE (2023)

A Aprendizagem contribui para o aumento da escolaridade, proporcionando que o jovem entre no mundo do trabalho, obtendo assim melhoria na qualidade de vida e saindo da exclusão com possibilidades reais de crescimento. Constitui-se como orientação e formação técnica profissional para o futuro do jovem, sendo porta de entrada ao mundo do trabalho, na perspectiva da profissão escolhida.

A profissão é entendida como um trabalho ou uma atividade especializada na sociedade, geralmente exercida por um profissional. Tais trabalhos e atividades geralmente requerem estudos extensivos e a materialização de um dado conhecimento (ODM, 2010). Ofício é meio de subsistência; declaração de sentimento ou modo habitual de estado; meio em que vive uma pessoa, podendo ser irônico e depreciativo, significa apenas estar ocupado com alguma coisa por tempo indeterminado.

O jovem, em sua formação, deve ter livre escolha, sendo proporcionadas todas as oportunidades para o desenvolvimento da personalidade e do trabalho, da mesma forma, orientação contínua para sua carreira profissional. A orientação profissional para o jovem é importante quando ele estiver cursando o ensino básico. Nesse sentido, o jovem deve ter uma preliminar, para poder refletir sobre seus gostos e capacidades práticas, sendo informado das possibilidades de carreiras a seguir. Isso se constitui em preparação pré-profissional, em que há uma distinção entre ensino técnico profissional e formação profissional.

Conforme esclarece Oliveira (1994, p. 87), “O ensino ‘técnico profissional’ se preocupa em formar concomitantemente o cidadão e o profissional, ao passo que a ‘formação profissional’ visa, apenas, ou, sobretudo, adestrar alguém para ocupar uma posição no processo de produção”.

A instituição que deseja implantar um programa de profissionalização de jovens deve seguir as orientações da legislação, como o ECA (Brasil, 1990b), que define a aprendizagem como formação técnico-profissional, ministrada segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996). Sendo assim, pertencendo ao campo da educação, garantindo-se a parceria entre escola e trabalho, a aprendizagem é a formação permanente e as formações superiores que vão perpassar toda a vida desse jovem.

O programa de aprendizagem profissional contribui para a profissionalização do adolescente/jovem. Muitas ESFL realizam atendimento desde 2003, estando adequadas com a legislação. O jovem ingressa no programa de uma dessas ESFL com 15 anos e com no mínimo a 5ª série do ensino fundamental. A partir da oferta de cursos, deve se enquadrar nos critérios de ingresso. Segundo questionário respondido pelas ESFL, há a procura de egressos, porém não se tem um controle na instituição, são dados informais.

Outro dado importante é a contribuição do programa na profissionalização do jovem. Os representantes das ESFL no FORMAP relataram que, mediante informativos e da procura por vagas para inserção do jovem no mundo do trabalho, encontraram gerentes de Recursos Humanos que foram jovens estudantes. A contribuição foi considerável, consolidando a cultura de trabalho, formação técnica humana e projeto de vida.

Atualmente, as ESFL estão enfrentando um embate com a nova legislação porque o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) constituiu um grupo de trabalho para avaliar e estudar a Lei n.º 8.742/1993, ou Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O intuito é verificar a vinculação do programa à Política Nacional de Assistência Social como mais um Serviço de Proteção Básica (Brasil, 1993).

Sabe-se que os jovens dos programas desenvolvidos pelas ESFL estão em situação de vulnerabilidade social e pessoal e em medidas de proteção abrigagem, exploração do trabalho, abuso, violência sexual e doméstica entre outras situações de violação de direitos. Muitas vezes, esses jovens e suas famílias têm precário acesso à renda e a serviços públicos, baixa escolaridade, baixa autoestima, dificuldades de acesso à qualificação profissional, ausência de projeto de vida.

A criança, ao passar para a fase da adolescência e juventude, depara-se com muitas transformações, tanto em seu corpo como em sua forma de agir e

pensar, ao haver uma modificação em sua personalidade e em suas relações sociais. Sabe-se que é comum o jovem ter muitos sonhos e desejos, além disso, ele busca por respostas, mas nem sempre as encontra. O projeto de vida tem como ponto de partida suas experiências e relações com o outro e com o mundo. Experiências pessoais, sociais e culturais favorecem para o estudante encontrar relevância, sentido e propósito no seu processo de aprender, e o integre dentro da sua visão de mundo.

A Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo IV, Art. 27, do direito à educação, afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, para alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Essa tradução da lei configura-se como um desafio para as escolas regulares, pois, em vários casos, a estrutura, o ambiente, a sala de aula e até mesmo o planejamento dos professores acabam não contemplando os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos com DI. Não se pode esquecer que essa situação vem abrindo precedentes para o desenvolvimento de intervenções pouco significativas para os alunos que acabam realizando atividades que pouco estimulam o seu desenvolvimento (Vieira; Omote, 2021).

Ao pensar em um ambiente inclusivo, onde toda a comunidade é responsável pela educação dos alunos, sejam eles ou não da educação especial, delegar somente ao professor da classe regular as adaptações e inovações curriculares dos alunos é uma atitude bastante incoerente. As adaptações curriculares são tarefa coletiva da escola e englobam muito mais do que somente a sala de aula.

Para o professor, seria interessante saber que pode utilizar diferentes recursos em sala de aula, no entanto, essas estratégias devem ser planejadas com toda a comunidade escolar para que o professor não conduza o seu trabalho desarticuladamente. Em síntese, para além da garantia da formação continuada dos profissionais da educação para a educação inclusiva, há necessidade de organização de políticas de assessoramento e acompanhamento dos profissionais da escola que visem garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.

### *2.3.1 Transformação dos Jovens com Deficiência Intelectual no Programa da Aprendizagem Profissional*

Um dos problemas mais significativos enfrentados no Brasil é a falta de políticas educacionais e oportunidades de emprego para jovens com DI. Estes jovens, muitas vezes, são negligenciados pelos sistemas educacionais e governamentais, prejudicando seriamente sua integração em programas de formação, como o programa de aprendizagem profissional.

Muitos desafios educacionais e diversos paradigmas organizacionais são abordados pela gestão educacional. A educação para jovens com DI instiga a articulação a diretrizes e políticas públicas educacionais que criam condições para ambiente educacional participativo das coordenações das instituições de ensino. É importante colaborar para a formação de novos paradigmas associados às mudanças na formação de professores, gestores e toda a comunidade escolar na gestão participativa e democrática para o avanço de todos os atores envolvidos, a fim de desenvolver esta temática com o intuito de subsidiar programas e projetos no âmbito das políticas públicas para jovens com DI. A experiência em torno do tema será utilizada para ampliar as pesquisas nesta temática e as práticas de aprendizagem disruptivas para potencializar o entendimento deste grupo dos jovens, a exemplo de projetos que venham resolver problemas reais da comunidade.

Atualmente, quase um bilhão de pessoas vive em habitações irregulares. Portanto, um dos principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, para promover o crescimento sustentável global até 2030, é a garantia de condições de moradias dignas para todos. Os jovens com DI, além de sua deficiência, enfrentam diversos desafios em sua vida cotidiana. Dentre esses desafios, destaco o direito à educação, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1990).

Portanto, reafirma-se a relevância na linha de pesquisa: Culturas, Linguagens e Tecnologias na Educação para fomentar a investigar formas de gestão de sistemas de ensino e instituições educativas, no contexto das políticas públicas sociais. Considera-se que as diferentes concepções teóricas de estado e de cidadania podem contribuir com a transformação dos jovens com DI em programas de aprendizagem profissional.

Neste contexto, destacam-se dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para promover qualidade e inclusão da educação: os objetivos quatro e 16. O objetivo quatro versa sobre a educação de qualidade, ou seja, assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O objetivo 16 trata sobre a paz, justiça e instituições eficazes, isto é, promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Neste sentido, a dissertação traz avanços ao conhecimento, estudando-se a inclusão de jovens com DI no mundo do trabalho por meio dos programas de aprendizagem profissional. O programa da aprendizagem profissional pode, sim, colaborar para a transformação de jovens com DI.

O Relatório Jacques Delors (1998) — Educação, um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI — propôs que a educação do século XXI deveria estar fundamentada nos pilares de aprender a ser, a fazer, a conhecer e a conviver. A elaboração do projeto de vida tem início pela dimensão da identidade, que trata do compreender-se, aceitar-se e saber usar suas habilidades para crescer, realizar-se e buscar o seu bem-estar. A próxima etapa/dimensão é da cidadania, em que entenderá como se relacionar de forma harmoniosa e produtiva com as outras pessoas, na família, na escola e na comunidade.

Na sequência, tem-se a dimensão produtiva, pela qual se desenvolvem as competências profissionais para empreender e contribuir para uma vida profissional realizadora. O grande desafio é como desenvolver competências cognitivas e socioemocionais, como pensamento crítico, criatividade, responsabilidade, colaboração, comunicação e autocontrole. Faz-se necessário o desenvolvimento de um projeto de vida nas escolas, integrando a família nessa importante discussão.

Para atingir este feito, utiliza-se a teoria da regulamentação do trabalho de jovens, identificando-se a evolução e a efetividade dos direitos humanos, a garantia de local digno de trabalho e não subemprego, e a importância da qualificação profissional no mercado de trabalho. Neste contexto, conforme o Art. 428 da CLT, o programa de aprendizagem profissional deve ser executado por entidade qualificada para essa finalidade (Brasil, 1943).

A educação para todos os jovens, independentemente de DI, é um direito e uma necessidade ao longo da vida e todos têm o direito de usufruir dela, de acordo com Sarmento e Menegat (2021). Necessidades básicas de autonomia, para poderem ter sua criticidade e intervir no mundo, colaborando como agentes de transformação, também são competências a serem desenvolvidas para a formação profissional na vida dos jovens. Conforme Freire (1996), é necessário instigar constantemente o estudante na sua curiosidade, sem o amaciar ou domesticá-lo.

Aplicando-se o método empreendedor, é possível libertar o potencial da natureza humana através dos princípios *effectuation* aplicados na educação pela autora Sarasvathy (2008). Trata-se do desenvolvimento da aprendizagem por competências, mobilização do conhecimento, habilidade, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2019). Autores que discorrem sobre as infâncias e políticas públicas para crianças no Brasil, como Rizzini (2011) e Alsos et al. (2019) também auxiliam a criar e manter o lastro da pesquisa.

Sabe-se que os problemas enfrentados na juventude são multidimensionais, perpassando áreas que incluem educação, cultura, lazer, segurança, saúde e família. Com a competitividade, o jovem que consegue um emprego fica obrigado a cumprir carga horária e muitas responsabilidades para auxiliar a família financeiramente. Nesse contexto, os estudos acabam ficando em segundo plano. Vê-se que, ao longo da história, as leis que viabilizam o acesso dos jovens ao mercado de trabalho colaboram para a exploração e para a ausência na rede escolar. Um exemplo é a Lei da Aprendizagem — Decreto n.º 5.598/2005, que afirma que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes (Brasil, 2005).

O contrato de trabalho pode durar até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. Esta lei defende que os jovens têm a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mundo do trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país, difundindo os valores e cultura de sua empresa.

No que se refere à inserção ao mundo do trabalho, os direitos da criança e do adolescente foram defendidos com a criação das primeiras leis de proteção

contra o trabalho juvenil, o ECA (Brasil, 1990b). Com o intuito de viabilizar essa temática sobre como é a realidade dos jovens com DI, recorda-se que, muitas vezes, esses são furtados de seus direitos, ao invés de serem incluídos, a exemplo do programa de aprendizagem profissional, em que têm acesso e acompanhamento em seu desenvolvimento como cidadãos de transformação social. É preciso avançar nas técnicas de aprendizagem, potencializando ações pedagógicas para vencer desafios da educação preconizados na BNCC para a educação brasileira.

No entanto, o programa de aprendizagem pode contribuir na transformação do jovem com alguma DI, praticando e exercitando a autonomia, sentimento de pertencimento e aprendizagem. Esta condição torna o curso um lugar significativo e seguro para seu desenvolvimento. E esse tema pode avançar no conhecimento oferecendo reflexão, formação de professores e pessoal técnico-administrativo, bem como rodas de conversa em modelo de formação continuada a estes jovens, viabilizando formação integral e formação profissional dos jovens com DI. Oficinas para o desenvolvimento de soft skills e para o desenvolvimento de projetos é outra proposta que se planeja levar adiante a partir da construção coletiva junto aos pesquisados.

Esta temática vem colaborar ainda para a formação de professores, técnicos-administrativos, mediando e compartilhando conhecimentos, contribuindo com os ODS, UNESCO e principalmente para a viabilização dos direitos dos jovens com DI, necessidade de aprendizagem. Entende-se que a valorização das competências e habilidades de cada jovem, de acordo com sua deficiência na realização de algum curso no programa de aprendizagem profissional, fortalece e motiva este jovem para enfrentar e quebrar barreiras em sua vida cotidiana.

Desta forma, é importante colaborar com a construção de políticas públicas voltadas para jovens com DI no seu mundo do trabalho. Ela também poderá contribuir para realizar ajustes do programa de aprendizagem profissional para jovens com DI e incentivar o mundo do trabalho para a inclusão destes jovens. Tal condição colabora com sua autonomia e transformação social como cidadão de direitos e deveres.

Na sequência, será apresentada a metodologia adotada para conduzir este estudo documental, detalhando os procedimentos de coleta e análise das evidências.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratória e estratégia de pesquisa o estudo documental, também conhecido como pesquisa documental. Tal escolha se fundamenta a partir do objetivo geral que é: analisar como os componentes estruturantes do processo educacional contribuem para o desenvolvimento de soluções educativas inclusivas no âmbito do Projeto Capacitar para Incluir, promovendo a inclusão de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho. Conforme Gil (2002), a pesquisa documental é adequada para este estudo, ao utilizar materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou podem ser reelaborados para novas percepções. A seleção dos documentos abrange o período de 2020 a 2023, incluindo relatórios, registros institucionais e materiais educativos relacionados ao projeto. A seguir serão apresentados os detalhes sobre a caracterização do estudo; a apresentação da relevância, problema e objetivos da investigação; unidade de análise; Fontes documentais; Instrumentos de coleta de dados e Técnica de análise dos dados.

#### **3.1 Caracterização do Estudo**

No campo das ciências sociais e da educação, há uma variedade de modelos de investigação. Esta pesquisa se classifica de natureza qualitativa no campo de estudo da educação. A metodologia de pesquisa selecionada foi a pesquisa documental. A pesquisa documental, de acordo com Gil (2002), utiliza materiais que não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados conforme os objetos da pesquisa. Esses materiais podem ser de diversas naturezas, como documentos oficiais, jornais, revistas, livros, filmes, fotografias, entre outros. A caracterização do estudo a partir de pesquisa documental é feita a partir de uma análise desses materiais. Essa análise deve ser feita de forma sistemática e rigorosa, de modo a garantir a validade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

A pesquisa documental é uma metodologia que pode ser utilizada em diferentes áreas do conhecimento. É uma estratégia importante para a compreensão de fenômenos históricos, sociais, culturais e econômicos. Em todos esses casos, o pesquisador deve realizar uma análise sistemática e rigorosa dos materiais para

garantir a validade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa, conforme cita o autor:

A pesquisa documental, de modo geral, constitui um fim em si, com objetivos bem mais específicos, que envolve muitas vezes teste de hipóteses; pode exigir a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares; já o material utilizado nas pesquisas documentais pode aparecer sob os mais diversos formatos, tais como fichas, mapas, formulários, cadernetas, documentos pessoais, cartas, bilhetes, fotografias, fitas de vídeo e discos (Gil, 2002, p. 88).

Nesse sentido, a pesquisa documental foi realizada em uma instituição especializada privada, localizada na cidade de Porto Alegre. Tal delineamento compreende a investigação como sendo um fenômeno atual, em determinado contexto, sendo utilizadas várias fontes de evidências (Yin, 2001). A coleta de dados advém de fontes como: Plano de Curso Assistente Administrativo; CARD de publicização do projeto; Ficha de inscrição; Formulário de entrevista; Documento institucional; Contrato e termo de uso de imagem e voz; Planilha com informações pessoais e dados de contato; Cronograma do curso; Cronograma de reuniões da equipe técnica Agenda das práticas simuladas; Documento como perfil de cada jovem; Gravações com depoimentos (autorizados); Boletim Informativo da Rede La Salle; Ata e relatos das reuniões de avaliação do Projeto Capacitar para Incluir; e Diário de Campo de Visitas in loco. Os documentos se encontram detalhados no quadro 5. Ainda, vale salientar que as seções: Unidade de Análise e Fontes Documentais complementam esta seção.

### *3.1.1 Relevância Problema e Objetivos da Investigação*

A justificativa desta dissertação divide-se em elementos interligados. Esses demonstram sua relevância em três diferentes âmbitos: pessoal-profissional, acadêmico-científico e social. No âmbito pessoal-profissional, o estudo representa a oportunidade de aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades em uma área de interesse, contribuindo para o crescimento profissional e a qualificação do pesquisador. A investigação permite a aplicação prática de conhecimentos teóricos, aprimorando a capacidade de análise crítica e a resolução de problemas.

No campo acadêmico-científico, a dissertação contribuirá para o avanço do conhecimento em uma área específica, respondendo a lacunas existentes na literatura e gerando novas percepções sobre o tema. Através da investigação

rigorosa e da produção de conhecimento original, o estudo tem o potencial de gerar impacto positivo na comunidade científica.

Em termos de relevância social, a dissertação gerará resultados que possam ser aplicados à realidade social, impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo o desenvolvimento da sociedade. O estudo visa contribuir para a solução de problemas relevantes para a comunidade, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e ações sociais mais eficazes.

A soma desses três elementos demonstra o caráter mesclado da dissertação e seu potencial de gerar impacto positivo em diferentes esferas da vida. A investigação se configura como um instrumento de transformação, tanto para o desenvolvimento pessoal e profissional do pesquisador, quanto para o avanço do conhecimento científico e a promoção do bem-estar social.

A justificativa da dissertação, portanto, fundamenta-se nesses três âmbitos indissociáveis: relevância pessoal-profissional, relevância acadêmico-científica e prática. Essa tríade demonstra a importância e o impacto da pesquisa em seu campo de estudo, evidenciando as contribuições para o avanço do conhecimento e da resolução de problemas reais.

No âmbito da relevância acadêmico-científica, na visão desta pesquisadora, a justificativa inicia-se na vida profissional, no exercício de atividades profissionais na Sociedade Porvir Científico, onde nasceu o Projeto Capacitar para Incluir, do qual participou da construção e vida. Isso instigou a busca de conhecimento acerca da temática. Com o passar dos anos, começam a surgir muitas reflexões a respeito desta temática da aprendizagem com jovens DI, que têm enorme importância no que se refere à redução, competência e inclusão em políticas públicas, além da formação de gestores, educadores e famílias.

As circunstâncias em que um indivíduo se encontra podem ter um impacto significativo em sua aprendizagem profissional. Por isso, está culturas, linguagens e tecnologias na educação dissertação de mestrado tem a intenção de produzir conhecimento acerca da Aprendizagem Profissional para Jovens com DI. Ela encontra-se inserida na linha de pesquisa Culturas, Linguagens e Tecnologias na Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle (UNILASALLE), com vínculo ao grupo de pesquisa intitulado Gestão Educacional nos Diferentes Contextos. O estudo visa a analisar pesquisas acadêmicas já

realizadas sobre o tema, a fim de identificar como diferentes circunstâncias podem influenciar o processo de aprendizagem.

### *3.1.2 Relevância Pessoal-Profissional*

Quanto à relevância pessoal-profissional, posso dizer que, desde quando eu era acadêmica, participo de atividades com jovens com dificuldades de aprendizagem, o que me chamou muita atenção e fiquei pensando em como eu poderia contribuir com a aprendizagem dos jovens, com DI ou não, valorizando suas potencialidades e sua autonomia. Ao concluir o curso de Graduação em Serviço Social, trabalhei por três anos com idosos com deficiência visual e mentais. Após, no ano de 2008, trabalhei por um ano em uma instituição com famílias de crianças com deficiências de aprendizagem.

Naquele tempo, a evolução dos estudos de doenças não estava muito avançada, havendo dificuldade no diagnóstico. Esta vivência me motivou e instigou a trabalhar com este público. Eles são sujeitos de direito e suas famílias muitas vezes não sabiam por onde iniciar o caminho para buscar tratamento, medicações, terapias e profissionais para orientá-los.

Este sentimento me acompanha até agora. Quero buscar e verificar que projetos podem e têm potencial de ser realizados no sentido de contribuir na aprendizagem e no convívio em sociedade dos jovens com alguma DI. É um desejo que venho nutrindo desde 2015, quando iniciou o Projeto Capacitar para Incluir na Rede La Salle, onde atuo como assistente social desde 2010. A partir da necessidade de cumprimento da legislação, foi proposta para a equipe técnica da qual faço parte a criação e execução de um projeto de formação voltado para jovens da comunidade com alguma DI. Nascia então o Projeto Capacitar para Incluir, que completou sua décima edição em 15 de dezembro de 2023, e que iniciou no mês de março de 2024 a 11ª turma.

### *3.1.3 Relevância Acadêmico-Científica*

Quanto à relevância acadêmico-científica, esta dissertação buscou metodologias de projetos de ensino que levem os jovens à autonomia e à aprendizagem de acordo com suas limitações. Planeja colaborar para o

fortalecimento, atualização de políticas públicas para esse público; além de atendimento humanizado e especializado, com profissionais habilitados.

A referida dissertação conversa com temas emergentes que encontram convergência com a linha de pesquisa em culturas, linguagens e tecnologias na educação. Atua em temas, como: aprendizagem, gestão, educação disruptiva e políticas públicas. A pesquisa com esta temática certamente contribuirá para ajustes, adequações e ideias inovadoras com o intuito de oferecer a efetividade de cursos de formação de jovens com DI.

Com material adequado e uma metodologia que envolva os participantes, independentemente de suas dificuldades, fortalece-se sua autonomia e sua cidadania, essa por vezes deixada de lado ou esquecida. Outras Instituições, movimentos e grupos com este segmento de jovens, podem idealizar uma oportunidade de formação e inserção no mundo do trabalho, não dependendo de programas de transferência de renda do Governo Federal e sendo agentes de transformação de vidas.

A dissertação desenvolve-se nas em seções. Inicialmente, apresenta-se o mapeamento da produção científica; em seguida, o escopo teórico presente nas temáticas Percurso da Educação Especial no Brasil e as Instituições não Escolares.

#### *3.1.4 Relevância Social*

Em relação à relevância social, pretende-se contribuir com o desenvolvimento das juventudes como seres de transformação social, considerando suas limitações e reforçando positivamente suas conquistas na aprendizagem. Busca-se promover a autonomia, autoestima e bem-estar desses jovens e de suas famílias.

Almeja-se uma sociedade no qual as pessoas com DI possam estar inseridas, atuando no mundo do trabalho e realizando suas atividades dentro de seus limites. Enfim, que essas pessoas possam se sentir pertencentes à sociedade em que vivem.

No período da pandemia de covid-19, anos 2020 e 2021, a instituição manteve o atendimento, as aulas e as atividades com os jovens do Projeto, contando com a participação assídua de toda a turma na modalidade on-line. Com toda a situação de incertezas e isolamento, por conta da pandemia, percebia-se que

os jovens tinham o compromisso diário de participar nas aulas. Eram propostas atividades práticas com as famílias, atividades com os colegas, por meio de grupos de WhatsApp, e com os próprios instrutores, quando havia alguma dificuldade ou apenas para uma conversa.

A equipe compartilhava do sentimento de compromisso para com os jovens. Eram proporcionadas atividades, debates e reflexões com o intuito de que todos se sentissem pertencentes e acolhidos, principalmente por estarem vivendo uma pandemia. Mesmo mediante o isolamento e as incertezas, foi realizada a celebração de formatura das turmas de 2020 e 2021, com todos os cuidados, conforme os protocolos da Secretaria Municipal de Saúde SMS/POA. Aqueles dias foram únicos de alegrias para todos os envolvidos: jovens, familiares, equipe e as instituições. Havia um sentimento de vitória, pois a turma concluiu o curso, foi realizada a formatura e ninguém foi 'positivado' para covid-19. Aqueles jovens tiveram a certeza de suas potencialidades.

O presente referencial teórico fornece um alicerce científico robusto para o estudo em questão. Por meio da seleção e análise crítica de obras relevantes na área, busca-se embasar a dissertação com conceitos, teorias e modelos atualizados e relevantes para a compreensão do tema em foco. A estrutura do referencial teórico segue uma organização lógica e didática, dividida em seções distintas, que facilitam a consulta e a compreensão dos elementos que fundamentam o estudo.

### *3.1.5 Problema e Objetivos*

Conforme apresentado na introdução deste trabalho o problema de pesquisa da presente dissertação é: como a integração entre conteúdo programático, metodologias de ensino, qualificação da equipe técnica, infraestrutura educacional e o uso das tecnologias no projeto Capacitar para Incluir, realizado na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, contribui para preparar os estudantes para a inclusão no mundo do trabalho? Para responder à questão de pesquisa apresenta-se o seguinte objetivo geral: analisar a contribuição do conteúdo programático, as metodologias de ensino, a equipe técnica e a infraestrutura na capacitação de estudantes para sua inclusão no mundo do trabalho. Em consonância com a questão de pesquisa da dissertação e o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever os elementos do conteúdo programático que promovem o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais nos estudantes;
- Examinar como a qualificação da equipe técnica contribuiu para a adaptação das práticas pedagógicas e o desenvolvimento das competências ao mundo do trabalho;
- Identificar as metodologias de ensino empregadas no projeto, destacando sua integração entre teoria e prática;
- Verificar como a infraestrutura educacional e tecnológica foi adaptada e utilizada para garantir acessibilidade e promoção do aprendizado inclusivo;
- Identificar, com base nos registros documentais, como esses elementos integrados desenvolvidos para o sucesso do projeto.

A seguir é apresentada a unidade de análise, foco deste estudo.

### 3.2 Unidade de Análise

A unidade de análise deste estudo é o **Projeto Capacitar para Incluir**, criado pela Instituição Sociedade Porvir Científico e executada na Fundação O Pão dos Pobres (referindo-se ao local físico) ambos localizados em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS). Este projeto foi selecionado por sua relevância no contexto da inclusão social e profissional de jovens com deficiência intelectual. Segundo o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população da cidade de Porto Alegre chegou a 1.404.269 pessoas em 2022; o Produto Interno Bruto (PIB) do RS somou R\$ 594,96 bilhões (6% do PIB nacional); e o PIB per capita registrou o valor de R\$ 51.701, queda de 5,4% na comparação com 2021. Conforme o IBGE (2022), a cidade é importante em diversos aspectos, incluindo-se:

- a) Economia: principal centro econômico do RS, a cidade é sede de importantes empresas de diversos setores, com destaque para indústria, comércio e serviços;
- b) Política: importante centro político do Brasil, a cidade é sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;

- c) Cultura: referência como centro cultural do Brasil, Porto Alegre abriga diversos museus, teatros, cinemas e outras instituições culturais;
- d) Educação: importante polo educacional do Brasil, a cidade abriga diversas universidades, faculdades e escolas de ensino básico.

Portanto, Porto Alegre é uma cidade relevante para o RS e para o Brasil. A capital, que pode ser visualizada na Figura 2 a seguir, desempenha um papel de destaque em diversos setores, incluindo economia, política, cultura e educação.

Figura 2 – Mapa da Cidade de Porto Alegre



Fonte: Google Maps (2024)

A Instituição provedora do Projeto Capacitar para Incluir é a Sociedade Porvir Científico, fundada em 7 de fevereiro de 1908, é constituída por Religiosos do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (Irmãos Lassalistas), da Província Lassalista de Porto Alegre. Trata-se de uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins econômicos, de caráter educativo, cultural, beneficente, filantrópico e caritativo, tendo por fim especial a Educação e a Assistência Social, o quadro 4 apresenta a missão, visão e princípios da instituição.

#### Quadro 4 – Missão, visão e princípios da Instituição criadora do projeto

<p><b>Missão</b> A Rede La Salle propõe-se formar cristã e integralmente as crianças, os jovens e os adultos, mediante ações educativas de excelência.</p>
<p><b>Visão</b> Queremos consolidar-nos em uma Rede de Educação cristã reconhecida por sua excelência.</p>
<p><b>Princípios</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspiração e vivência cristã</li> <li>• Fé, fraternidade e serviço</li> <li>• Escola em pastoral</li> <li>• Solidariedade</li> <li>• Ética, cuidado e zelo</li> <li>• Sustentabilidade</li> <li>• Inclusão e respeito à diversidade</li> <li>• Serviço educativo a pobres</li> <li>• Excelência nos processos</li> <li>• Competência</li> <li>• Novas tecnologias</li> <li>• Avaliação contínua</li> <li>• Comunidade Educativa</li> <li>• Participação e diálogo</li> <li>• Gestão eficaz e eficiente</li> <li>• Inovação pedagógica e acadêmica</li> <li>• Cidadania</li> <li>• Formação continuada</li> <li>• Família</li> <li>• Subsidiariedade</li> <li>• Investigação científica</li> <li>• Dimensão vocacional</li> </ul>

Fonte: Documento da Instituição Sociedade Porvir Científico (2024)

A seguir conheceremos a instituição parceira onde é executado o projeto capacitar para Incluir, a Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, visível na Figura 3. A instituição conta com diversos profissionais que têm vínculo empregatício, entre eles: coordenador geral, coordenadora pedagógica, assistente administrativa, instrutores de cursos, psicóloga, assistente social, cozinheira, auxiliar de manutenção, estagiários e voluntários.

Figura 3 – Imagem frontal da Instituição



Fonte: Tetraktys (2024)

A instituição atende crianças e adolescentes das escolas municipais no turno inverso ao da escola, com atividades educativas, conforme Figura 3, e de reforço escolar. Declara ainda que tem convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e com o Ministério Público do RS.

A cidade de Porto Alegre, consoante a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC, 2023), possui uma rede de parcerias que somam 136 Organizações da Sociedade Civil (OSC), as quais compõem 26 modalidades de atendimento a crianças, jovens, adultos, idosos, mulheres e pessoas em situação de rua. Uma das instituições que se destaca é O Pão dos Pobres de Santo Antônio (2024), uma fundação filantrópica legalmente constituída desde 1928. A fundação é mantida por doações de pessoas físicas e jurídicas, trabalho de voluntários, convênios com os governos municipal e estadual, além das rendas de aluguel de imóveis recebidos por meio de doações e inventários.

Sua missão declarada é atender crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade sociais, potencializando o seu desenvolvimento integral, numa perspectiva solidária construída por meio de práticas socioassistenciais. A instituição educa cerca de 1,3 mil crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade, sendo que 120 são internos, residentes permanentes. Oferece uma escola de ensino básico, um centro de educação profissional de nível básico e técnico, e um programa de educação através do trabalho assistido, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Em 2007, o Programa Monumenta criou na fundação uma oficina de marcenaria e carpintaria para os jovens, a fim de desenvolver mão de obra qualificada para a restauração de edificações históricas. Além da prática da restauração em madeira, os jovens receberam instrução em leitura de projeto, informática, história da arte e arquitetura, e conservação de patrimônio.

No centro de educação profissional, em 2018, eram oferecidos os cursos de assistente administrativo, eletromecânica de elevadores, gastronomia, informática básica, manutenção de computadores, desenvolvimento web, marcenaria, mecânica automotiva, música instrumental, serralheria e informática para o mundo do trabalho.

Em 2020, foi feita uma parceria com o Governo do Estado do RS para a inclusão no Programa Sustentare. O projeto visa a dar destinação adequada a

resíduos eletroeletrônicos de órgãos e entidades, recebendo equipamentos com possibilidade de recuperação para fins de doação.

O Pão dos Pobres de Santo Antônio foi uma escola que inovou no campo educacional de sua época, por associar ao ensino básico o aprendizado de um ofício. Construía-se ali um novo cidadão e, em consequência, a categoria cidadania começava a ter um novo sentido. A Fundação integra a lista das 100 melhores OSCs do Brasil, elaborada pela revista Época e pelo Instituto Doar do ano 2018.

Em 2019, a presidente da Câmara Municipal, vereadora Mônica Leal, disse que o Legislativo se orgulhava de que a cidade pudesse contar com uma instituição tão importante para as áreas de educação e assistência social:

Estamos falando de um trabalho centenário de dedicação ao acolhimento de muitas crianças e adolescentes. Pelos resultados que alcança e com as transformações sociais que realiza, parabenizamos a todos que ajudam a manter essa estrutura tão maravilhosa. Um verdadeiro patrimônio da capital (Bittencourte, 2019, n.p).

Os principais projetos da instituição são:

- a) Centro de Atendimento Integral (CATI): em regime de apoio socioeducativo, atende crianças e adolescentes de seis a 15 anos, visando à proteção integral, ao direito à infância e ao exercício efetivo da cidadania, numa busca contínua pelo trabalho de formação integral. O foco pedagógico se dá no campo lúdico e relacional, com oferta de oficinas complementares nas áreas cultural, artística, desportiva e social;
- b) Centro de Educação Profissional (CEP): forma cidadãos e profissionais para o mundo do trabalho. Atualmente, atende nos cursos técnicos e cursos profissionalizantes mais de 550 adolescentes e jovens, a partir de 16 anos, em vulnerabilidade social e situação de violação de direitos. Desenvolve seus cursos embasados na Lei da Aprendizagem — Decreto n.º 5.598/2005 (Brasil, 2005);
- c) Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo (POD): aspira ajudar a prevenir a violência e reduzir a reincidência do ato infracional entre os egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). O Pão dos Pobres atende o Eixo II do Programa, que prevê apoio e acompanhamento ao jovem e à sua família, inserção social e no mundo do trabalho, por meio da inclusão em oficinas e nos cursos profissionalizantes;

- d) Acolhimento Institucional: são quatro unidades de acolhimento institucional. Cada casa abriga 20 crianças e adolescentes. Esses jovens foram afastados de familiares ou responsáveis por decisão da Justiça. Enquanto estão sob os cuidados da instituição, as crianças e adolescentes frequentam a escola, serviços de apoio socioeducativo, recebem atendimento de saúde, praticam atividades esportivas, de recreação e de lazer.

Acredita-se que a dissertação mostrará elementos e variáveis importantes para colaborar com a construção de políticas públicas voltadas para jovens com DI no seu ingresso ao mundo do trabalho. Também poderá contribuir para realizar ajustes no programa de aprendizagem profissional, incentivando a inclusão desses jovens e colaborando com sua autonomia, visando à transformação social desses como cidadãos de direitos e deveres.

### **3.3 Fontes Documentais**

O presente estudo envolveu documentos relacionados ao Projeto Capacitar para Incluir, que abordam a experiência de 38 jovens concluintes com deficiência intelectual com idades entre 15 e 35 anos. Esses documentos incluem registros institucionais como: planejamento pedagógico; atas e relatos; degravação das gravações; boletins informativos; website, relatórios que detalham o progresso dos participantes no projeto fornecendo dados sobre a eficácia das práticas educacionais; fichas de avaliação e outros materiais que descrevem as características, desafios e avanços observados no projeto; testemunhos e avaliações dos jovens e suas famílias sobre a experiência no projeto, destacando benefícios percebidos e áreas de melhoria; documentação interna da Instituição promotora do projeto que registra as atividades do projeto, estratégias utilizadas e resultados obtidos; recursos didáticos utilizados no projeto, que podem oferecer percepções sobre a abordagem pedagógica e sua personalização para atender às necessidades dos jovens com DI; leis e regulamentações que impactam a aprendizagem profissional de jovens com DI, como a Lei n.º 10.097/2000 e o ECA; documentos que avaliam o impacto do projeto e identificam os desafios enfrentados; e documentos institucionais detalhando as estratégias implementadas para superar os desafios na aprendizagem profissional e promover a inclusão.

As análises focaram nos dados registrados nos documentos para compreender o perfil dos jovens e as práticas pedagógicas utilizadas no período de 2020 a 2023. A seguir, no quadro 05, é apresentado os documentos que compuseram o corpus documental.

Quadro 5 – Desdobramento de documentos utilizados para a dissertação

<b>Nome do Documento Detalhado</b>	<b>Dados</b>	<b>Origem</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Síntese das Principais Informações</b>
Plano de Curso Assistente Administrativo	2020	Instituição promotora e a executora	Documento norteador para a execução do projeto	Descrição do curso realizado através do Projeto Capacitar para Incluir.
CARD de publicização do projeto	Novembro 2021	Redes Sociais	Informações para candidatar-se ao projeto	Informações do projeto. Local, horário, critérios de participação.
Ficha inscrição de	Novembro a dezembro 2021	Formulário do google	Perfil: pessoas a partir de 14 anos (Pessoas com Deficiência não limite de idade). Residentes na região metropolitana e que possuem laudo médico ou psicopedagógico.	Dados do candidato
Formulário de entrevista para admissão no curso	Fevereiro 2022	Entrevista com o candidato e responsável	Verificar as possibilidades do candidato no que tange a organização de sua rotina para participação do projeto	Visitamos o histórico de vida do candidato, seu laudo, suas dificuldades e potencial
Documento institucional	2022	Equipe técnica	Descrição das famílias e jovens estudantes	Composição familiar, renda per capita, grau de formação acadêmica, uso de medicação e tem acompanhamento especializado
Contrato e termo de uso de imagem e voz	2020 a 2023	Setor de Recursos Humanos da Instituição promotora	Firmar contrato entre as partes, Instituição promotora, executora e o Aprendiz (responsável)	Documento onde estabelece os direitos e deveres das partes
Planilha de dados pessoais e contatos	2023	Equipe técnica	Fone e e-mail	Contato com o responsável do aprendiz
Cronograma do curso	2021	Equipe técnica	Conteúdo do curso, horário, cronograma	Documento com as etapas e teoria e práticas simuladas desenvolvidas no ano do curso.
Cronograma de reuniões da	2022	Equipe técnica	Acompanhar o desenvolvimento	Calendário com as reuniões agendadas e

equipe técnica			dos jovens estudantes, alinhar e/ou ajustar algo para melhorar a execução das atividades	pautas
Agenda das práticas simuladas	2022	Equipe técnica	Os jovens estudantes colocarem em prática a teoria	Agenda com os responsáveis de setores onde os jovens estudantes podem executar as tarefas que aprenderam no curso, como, por exemplo, biblioteca, recepção, secretaria, auxiliar de turma (no âmbito de uma escola)
Documento como perfil de cada jovem	2023	Psicopedagoga e pedagoga	Verificar o perfil de cada aprendiz para potencializar suas competências e habilidades	Descrição do perfil destacando seus pontos forte e a melhorar
Declaração de Gravação (autorizadas)	2020 e 2021	Equipe técnica	Registrar o sentimento de fazer parte do projeto contribuiu para a vida dos participantes?	Fala livre pontuando os sentimentos, opiniões e sugestões sobre o projeto capacitar par incluir
Boletim Informativo da Rede La Salle	Janeiro de 2021	Setor de Comunicação e Marketing da Instituição promotora	Divulgação da formatura dos Jovens Estudantes 2020	Informação sobre a celebração de encerramento do Projeto naquele ano
Atas e Relatos das reuniões de avaliação do Projeto Capacitar para Incluir	Dezembro de 2021 – N°98	Equipe técnica e coordenação geral	Avaliar o ano	Avaliação das atividades realizadas, equipe técnica o que melhorar e ajustar
Diário de Campo de Visitas in loco	2021 No primeiro mês de contratação na Instituição promotora do projeto	Assistente Social e Psicóloga	Verificar a adaptação no novo local de trabalho (agora na modalidade de contratação efetiva, não mais como jovem aprendiz)	Foi realizada visita no local de trabalho dos jovens estudantes concluintes do projeto e passaram por uma seleção de vaga e contratação. Foi realizado somente no ano de 2021

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

No que se refere aos critérios de inclusão de documentos, os mesmos passaram por um processo de análise onde considerou sua relevância temática, que trataram especificamente da aprendizagem profissional de jovens com deficiência intelectual e atenderam o período definido pela dissertação, entre 2020 e 2023.

### 3.4 Técnica de Coleta de Dados

Consistiu na coleta de dados a partir de arquivos da organização, leis e regulações, conforme descrito na seção Fontes Documentais. Todos os documentos passaram por uma análise de autenticidade dos documentos. Para a realização da análise dos documentos, os mesmos foram organizados em fichas de análise de documentos. Um exemplo pode ser visto no quadro 6 que apresenta a ficha de análise de documentos do projeto Capacitar para incluir.

Quadro 6 – Ficha de Análise de Documentos do Projeto Capacitar Para Incluir

Item	Descrição	Notas
Documento Ficha de cadastro	Nome do documento Ficha do aprendiz	Dados informativos sobre a estrutura familiar, financeira e de saúde de cada jovem aprendiz
Data de Produção 2020 a 2023	Data de criação/publicação do documento: anualmente	Este documento é fonte de informação e de acompanhamento
Autor(es) Equipe técnica	Nome(s) do(s) autor(es) ou instituição responsável pelo documento: Instituição Sociedade Porvir Científico Rede La Salle setor de RH e assistência social	A guarda é de responsabilidade da Instituição promotora do projeto.
Tipo de Documento informativo	Relatório, feedback de participante, registro institucional, material educativo, Atas, fotografias, informativos, etc.	Documentos para evidenciar o desenvolvimento do projeto e os jovens
Resumo do Conteúdo Reuniões periódicas de avaliação e acompanhamento com jovens, familiares e equipe técnica.	Breve resumo do conteúdo do documento. Reunião de avaliação e acompanhamento, reuniões com os pais/responsáveis para ouvi-los sobre o projeto e o impacto na vida dos filhos.	As informações são acompanhadas para evidenciar o desenvolvimento do projeto e a evolução dos jovens estudantes, havendo necessidade de algum ajuste reunião de avaliação foi realizada com os jovens e equipe técnica para ajustes.
Relevância para a Pesquisa Informações para acompanhamento do projeto para atingir eficácia da aplicação	Como o documento contribui para responder aos objetivos específicos Forma de acompanhar o processo	A equipe técnica através da observação semanal vai acompanhado os objetivos indicados.
Dados Quantitativos	Informações numéricas relevantes (38 jovens)	Nos anos de 2020 a 2023
Dados Qualitativos	Informações descritivas relevantes (Atas da equipe técnica e parecer da psicopedagoga)	
Pontos Fortes	Aspectos positivos destacados no documento	Através da observação a psicopedagoga e equipe

		técnica aplicou a educação personalizada de acordo da necessidade de cada jovem.
Desafios Identificados	Desafios ou obstáculos destacados no documento	A falta de entendimento e esclarecimento da família quanto a DI do filho. Falta de acompanhamento médico e/ou uso de medicação adequada.
Sugestões/Melhorias	Recomendações ou sugestões de melhorias descritas no documento	Turmas pequenas em torno de 13 jovens para melhor atender.
Comentários Adicionais	Observações adicionais	A sintonia e comprometimento da equipe técnica foi um destaque fundamental para a realização do projeto no período mencionado.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

O quadro 7, apresenta os elementos da Ficha de Análise de Documentos Legais e Regulamentares que foi utilizada para coletar dados de documentos legais e regulamentares relacionados à formação técnico-profissional de jovens com deficiência intelectual.

Quadro 7 – Ficha de Análise de Documentos Legais e Regulamentares

Item	Descrição	Notas
Documento	Plano do curso	
Data de Produção	Data de criação/publicação do documento 2020	
Autor(es)	Nome(s) do(s) autor(es) ou instituição responsável pelo documento – Sociedade Porvir Científico	
Tipo de Documento	Lei, decreto, regulamento, etc.	Lei nº 10.097/2000 e ECA (1990): Regulamentação da aprendizagem profissional e direitos dos jovens.  Estudos da UNILASALLE (2015): Inclusão de jovens com DI no mercado de trabalho.
Resumo do Conteúdo	As leis vigentes sustentam a temática da dissertação.	
Relevância para a Pesquisa	Como o documento contribui para responder aos objetivos específicos. Através da qualificação do corpo técnico e a conclusão do projeto pelos jovens estudantes	

Diretrizes Principais	Diretrizes ou orientações principais destacadas no documento: A demanda do mercado em Porto Alegre para esta área é bastante elevada. Atualmente, têm-se indicado todos os jovens formados egressos para a contratação formal e, a maioria dos mesmos passa a trabalhar na área de formação.	
Direitos e Deveres	Direitos e deveres especificados para os jovens com deficiência intelectual	Respeitar o outro Compartilhar sua opinião
Desafios Legais	Desafios ou obstáculos legais identificados no documento	
Implementação Prática	Informações sobre a implementação prática das diretrizes legais: capacidade de relacionamento interpessoal com flexibilidade e adaptação ao ambiente de estudo, trabalho e sociedade. Resolução de situações problemáticas. Realização de trabalho em equipe. Organização e responsabilidade na execução dos conhecimentos de informática. Comunicação através da linguagem escrita, verbal e digital	
Comentários Adicionais	Observações adicionais	

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

O quadro 8 apresenta o instrumento utilizado para coletar e analisar o feedback dos participantes do Projeto Capacitar Para Incluir por meio da degravação dos vídeos de depoimentos.

Quadro 8 – Ficha de Análise de Feedback de Participantes

Item	Descrição	Notas
Participante	Aprendiz 1, 2 e 3 Responsável 1,2 e 3	
Data do Feedback	Data em que o feedback foi coletado	2020 a 2023
Tipo de Feedback	Entrevista, fotos, relato, etc.	Vídeo, relato oral
Relevância para a Pesquisa	Como o feedback contribui para responder aos objetivos específicos	Validando os objetivos do desenvolvimento do projeto
Benefícios Percebidos	Benefícios identificados pelo participante (ex. desenvolvimento de	Autonomia, convivência e trabalho em grupo, esperar

	competências, inclusão social, etc.)	sua vez de fala, organização no âmbito da higiene e realização das tarefas diárias em casa. Autonomia de locomoção com transporte público.
Desafios Enfrentados	Desafios ou obstáculos enfrentados pelo participante	Falta de atendimento de saúde adequada, falta de esclarecimento de familiares quanto à sua DI.
Sugestões de Melhoria	Recomendações ou sugestões de melhorias descritas pelo participante	Criação e adequação nas políticas públicas, oferta de mais projetos que incluem e capacitem jovens com DI.
Impacto Pessoal	Impacto do projeto na vida pessoal e profissional do participante	Segundo os relatos (pais, responsáveis e jovens estudantes) a participação no projeto foi transformadora na vida do jovem, o alcance da inserção e permanência no mundo do trabalho, autonomia de andar no transporte público.
Comentários Adicionais	Observações adicionais	Acolhimento e escuta das famílias e responsáveis que a equipe técnica realizou foi o diferencial para a realização do projeto no âmbito da assiduidade e participação do jovem.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A seguir será apresentada a técnica de análise de dados utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

### 3.5 Técnica de Análise dos Dados

A técnica de análise de dados foi realizada por meio da análise documental utilizando as indicações de Gil (2002), o pesquisador deve considerar os seguintes aspectos: i) o contexto de produção do documento: é importante entender o contexto histórico, social e cultural onde o documento foi produzido, isso ajudará a compreender o significado das informações nele contidas; ii) a forma e o conteúdo do documento: o pesquisador deve identificar a forma e o conteúdo do documento, isso ajudará a compreender a estrutura do documento e as informações que ele

fornece; e iii) a interpretação do documento: o pesquisador deve interpretar as informações contidas no documento, isso ajudará a responder ao problema de pesquisa.

Adicionalmente, foi realizada uma análise temática apoiada por Minayo (2009), os documentos foram analisados para identificar temas recorrentes, padrões e variações. Dito de outra forma, a partir de Minayo (2009), é inicialmente realizada uma leitura compreensiva e exaustiva do conjunto do material selecionado. É importante que o pesquisador se deixe impregnar pelo conteúdo do material.

A partir dessa leitura aprofundada objetiva-se: a) ter uma visão global de conjunto de documentos coletados; b) identificar as particularidades do conjunto de dados coletados; c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de ponto de partida para a análise e a interpretação do material; d) escolher formas de classificação inicial; e) determinar as categorias de que orientaram a análise.

A análise dos documentos permitiu identificar as principais estratégias pedagógicas utilizadas no projeto, as percepções dos participantes sobre o processo de aprendizagem e as contribuições do projeto para a inclusão social, ao permitir uma exploração aprofundada dos dados qualitativos e quantitativos coletados, proporcionando uma compreensão detalhada das contribuições e desafios na aprendizagem profissional de jovens com deficiência intelectual.

### **3.6 Categorias de Análise**

As categorias de análise foram selecionadas, a priori, com base no referencial teórico e alinhadas aos objetivos específicos da pesquisa. Assim, essas categorias permitem uma abordagem sistemática proporcionando a interpretação dos elementos do projeto Capacitar para Incluir realizada na fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, sendo: conteúdo programático; qualificação da equipe técnica; metodologias de ensino; infraestrutura educacional e tecnologias. As categorias foram estruturadas para espelhar os aspectos teóricos e documentais do projeto, permitindo a análise das evidências articuladamente.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o histórico do Projeto Capacitar para Incluir, seguido pela seção que detalha a organização do projeto. Em sequência, descreve-se o desenvolvimento do projeto de 2020 a 2023. Cada elemento é apresentado buscando conectar a base teórico e as evidências documentais. Por fim, apresenta-se a avaliação do Projeto Capacitar para Incluir, com base nos depoimentos dos responsáveis e dos jovens estudantes.

### **4.1 Histórico do Projeto Capacitar para Incluir**

A Sociedade Porvir Científico implementou em 2015 o projeto Capacitar para Incluir, um projeto diferenciado de aprendizagem para pessoas com deficiência (PCDs) em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do projeto é qualificar jovens e adultos PCDs para a atuação profissional, elevando-os à condição de cidadãos economicamente ativos, despertando sua autonomia e participação na renda familiar. Pessoas com deficiência são quase 24% da população de Porto Alegre. Mesmo assim, é pequeno o número de cursos — profissionalizantes ou não — voltados para este público. Exigências legais criam cotas a serem cumpridas por instituições públicas e privadas, mas a didática e a estrutura necessárias para dar conta de qualificar esta parcela significativa de cidadãos não se desenvolve na mesma medida. (UNILASALLE, 2015).

Esse paradoxo foi uma das principais motivações para a iniciativa lassalista, além de buscar alternativas ao senso comum de que pessoas com deficiência não possuem qualificação e, por isso, não são contratadas. Outro raciocínio raso no qual se esbarra com frequência é o de que pessoas com deficiência não possuem qualificação profissional e, ao mesmo tempo, não fazem nada para mudar essa realidade.

A experiência, pelo contrário, mostra empenho, busca de superação e comprometimento de dezenas de pessoas com variados tipos de deficiência, com diferentes graus de comprometimento desta deficiência, e também de suas famílias, que redescobrem forças para incentivar e dar suporte a este aprendizado, muitas vezes lutando também contra severas limitações econômicas e emocionais. Batizado de Capacitar para Incluir, este projeto proporciona, por meio do

aprendizado formal sistematizado, o aprimoramento da capacidade profissional de jovens e adultos com alguma deficiência, tornando viável sua inserção e permanência no mundo de trabalho.

#### **4.2 Organização do Projeto Capacitar para Incluir**

A seguir é realizada a descrição geral da organização do Projeto Capacitar para Incluir. A descrição nesta seção inicial planeja contextualizar a estrutura do projeto para compreensão das discussões e aprofundamentos realizados nas seções seguintes.

Quanto à oferta, o Projeto Capacitar para Incluir é gratuito oferecido pela Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, com foco na capacitação profissional de jovens com deficiência (PCDs). Em média, são ofertadas 10 (dez) vagas. A equipe técnica que compõe o projeto é multidisciplinar, é composta por: duas Pedagogas, uma Psicopedagoga, uma Psicóloga Social, uma Assistente Social, uma Secretária, uma Recepcionista e uma Assistente Administrativo.

No que tange à duração e ao horário, o curso tem duração de 1 ano, com atividades realizadas de segunda a sexta-feira, das 13h30 às 17h30. Durante o projeto/curso são abordadas Competências Técnicas; Competências Socioemocionais; Dinâmicas de simulação; conteúdos inerentes à formação. A metodologia combina aulas teóricas, dinâmicas de grupo, estratégias ativas e visitas técnicas.

Como mencionado anteriormente, o projeto visa capacitar jovens para inserção no mundo do trabalho, com suporte psicológico e pedagógico durante o curso. Além das aulas, a equipe técnica presta suporte adicional aos jovens estudantes, como cestas básicas, medicação e reuniões familiares para garantir a permanência dos jovens no curso. O curso conta com atividades diferenciadas, como visitas técnicas, visitas a empresas e pontos culturais, que ampliam o repertório dos jovens estudantes, conectando teoria à prática.

O projeto adota uma visão sustentável da inclusão, buscando criar condições para que a PCD possa, efetivamente, desenvolver-se e manter-se no mundo de trabalho. Para tanto, habilita PCDs para o trabalho por meio de curso de preparação (com carga horária teórica e prática simulada) e faz acompanhamento psicológico — conforme necessidade apresentada pelo aprendiz — e pedagógico e

acompanhamento às famílias durante o curso, buscando garantir o apoio necessário no período de formação.

Este projeto proporciona, por meio de aulas teóricas e práticas, o aprimoramento da capacidade profissional de jovens e adultos com alguma deficiência e em situação de vulnerabilidade social, tornando viável sua inserção e permanência no mundo de trabalho. (UNILASALLE 2015). Traz capacitação profissional na área administrativa, oportunizando para PCDs o conhecimento de rotinas de empresas e o desenvolvimento de capacidades pessoais e também do trabalho em equipe. Muito mais do que apenas buscar cumprir com a exigência de cotas de vagas destinadas por lei a pessoas com deficiência, a Sociedade Porvir Científico mobiliza recursos materiais, financeiros e capital humano para ressignificar o papel social de dezenas de pessoas.

### **4.3 Descrição do Projeto de 2020 a 2023**

Conforme informado anteriormente, o presente estudo envolveu a análise da documentação de 38 jovens concluintes com DI, cujas idades variam entre 15 e 35 anos, além dos documentos citados no quadro da Metodologia. Destacam-se as características socioeconômicas dos participantes, visto que todos se encontravam em situação de vulnerabilidade social e pessoal, como renda familiar baixa ou inexistente, dificuldade de suprir necessidades básicas, como: alimentação, moradia, saúde e educação; falta de oportunidades de trabalho e renda; exclusão social e marginalização. Ressaltam-se ainda dificuldades no desenvolvimento de habilidades de autocuidado e autodeterminação. Alguns participantes eram beneficiários do programa de transferência de renda do Governo Federal, o Bolsa Família<sup>3</sup>. Essa realidade socioeconômica complexa influenciou diretamente suas vivências e experiências com a DI.

O número de 38 jovens concluintes justifica-se pela oferta de vagas ofertada no projeto Capacitar para Incluir, conforme quadro 9, realizado pela Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, onde foi realizada a dissertação.

---

<sup>3</sup> É um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza.

Quadro 9 – Projeto Capacitar para Incluir, curso de Assistente Administrativo registrado no Ministério do Trabalho Emprego: Aprendiz Assistente Administrativo – Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) 4110-10

Ano	Turmas Exclusivas	Concluintes
2020	10	10
2021	10	10
2022	10	07
2023	12	11
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>38</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos documentos do Projeto Capacitar para Incluir (2023)

Os participantes, em sua maioria, pertencem a famílias monoparentais<sup>4</sup>, com vulnerabilidade social e pessoal, moradores da cidade de Porto Alegre, onde está localizada a Instituição. O espaço fica em uma área central da cidade, colaborando para a mobilidade dos jovens. Além disso, a instituição atua como referência na Aprendizagem Profissional, oferecendo cursos de qualificação e de aprendizagem profissional.

No que tange a equipe técnica que atende o projeto, podemos verificar, por meio do Planejamento do Curso Capacitar para Incluir (2020), que a equipe multidisciplinar formada por:

A estrutura técnica do curso foi composta por uma Assistente Social, uma Psicóloga Social, um Assistente Administrativo, uma Secretária, duas Pedagogas, uma Psicopedagoga e uma recepcionista (Fragmento do Planejamento do Curso Capacitar para Incluir, 2020, p. 11).

Conta com equipe técnica multidisciplinar e estrutura adequada para a formação de adolescentes e jovens. (Fragmento do Planejamento do Curso Capacitar para Incluir, 2020, p. 11).

#### 4.4 Conteúdo Programático

O cronograma de atividade, apresentado no quadro 10, segue a mesma estrutura da primeira edição, com algumas inserções. São inseridas visitas a pontos turísticos, como a Casa de Cultura Mario Quintana em Porto Alegre, o Museu Iberê Camargo, estádios de futebol da cidade que objetivam possibilitar a inserção do

<sup>4</sup> Família monoparental ocorre quando apenas uma pessoa assume a parentalidade de outra.

jovem no contexto social. Além dessas, foram realizadas visitas técnicas para conhecer empresas. Entre essas, destaca-se o estúdio de televisão da emissora Rede Brasil Sul (RBS) e a sede administrativa da Sociedade Porvir Científico (parceira do projeto), entre outros locais.

Quadro 10 – Cronograma de Atividades do Projeto Capacitar para Incluir

				
Projeto Aprendiz - Capacitar para Incluir 2021				
TEORIA				
Horário das aulas: das 13:30 às 17:30				
ANO 2021- FEVEREIRO A NOVEMBRO				
Mês	Conteúdos	Dia da Semana	Dias	Carga Horária Mês
Fevereiro	Aula Inaugural (aprendendo a ser)	Quinta-feira	25	4
	Organização para o trabalho	Sexta-feira	26	4
Março	Aprendendo a Ser	Segunda-feira	01 / 08 / 15 / 22 / 29	20
	Meus Limites e minha saúde	Terça-feira	2 / 09 / 16 / 23 / 30	20
	Organização para o trabalho	Quarta-feira	03 / 10 / 17 / 24 / 31	20
	Organização para o trabalho	Quinta-feira	04 / 11 / 18 / 25	16
	Organização para o trabalho	Sexta-feira	05 / 12 / 19 / 26	16
Abril	Aprendendo a Conviver	Segunda-feira	5 / 12 / 19 / 26	16
	Aprendendo a Conviver	Terça-feira	6	4
	Cidadania e Ética	Terça-feira	13 / 20 / 27	12
	Organização para o trabalho	Quarta-feira	1	4
	Noções Administrativas / Atendimento	Quarta-feira	07 / 14 / 28	12
Maio	Noções Administrativas / Atendimento	Quinta-feira	08 / 15 / 22 / 29	16
	Noções Administrativas / Atendimento	Sexta-feira	09 / 16 / 23 / 30	16
	Cidadania e Ética	Segunda-feira	03 / 10 / 17	12
	Meus Limites e minha saúde	Segunda-feira	24	4
	Noções Administrativas / Atendimento	Quarta-feira	5	4
Junho	Noções Administrativas / Atendimento	Sexta-feira	7	4
	Informática	Quarta-feira	12 / 19 / 26	12
	Informática	Sexta-feira	14 / 21 / 28	12
	Aprendendo a Conhecer	Segunda-feira	07 / 14 / 21 / 28	16
	Tipos e sistemas de arquivos e documentos	Quarta-feira	02 / 09 / 16 / 23 / 30	20
Julho	Tipos e sistemas de arquivos e documentos	Sexta-feira	04 / 11 / 18 / 25	16
	Aprendendo a Conhecer	Segunda-feira	05 / 12	8
	Mundo do Trabalho	Segunda-feira	19 / 26	8
	Tipos e sistemas de arquivos e documentos	Sexta-feira	2	4
	Contabilidade e Recursos Humanos	Quarta-feira	07 / 14 / 21 / 28	16
Agosto	Contabilidade e Recursos Humanos	Sexta-feira	09 / 16 / 23 / 30	16
	Mundo do Trabalho	Segunda-feira	2	4
	Competências Básicas para o Mundo do Trabalho	Segunda-feira	09 / 16 / 23 / 30	16
Setembro	Contabilidade e Recursos Humanos	Sexta-feira	06 / 13 / 20 / 27	16
	Competências Básicas para o Mundo do Trabalho	Segunda-feira	6 / 13	8
	Educação Financeira	Segunda-feira	27	4
	Contabilidade e Recursos Humanos	Sexta-feira	3	4
Outubro	Realização Pessoal, profissional e inclusão social	Sexta-feira	10 / 17 / 24	12
	Educação Financeira	Segunda-feira	4 / 11 / 18	12
Novembro	Realização Pessoal, profissional e inclusão social	Sexta-feira	01 / 08 / 15 / 22 / 29	20
	Realização Pessoal, profissional e inclusão social	Sexta-feira	05 / 12 / 19 / 26	16
<b>TOTAL AULAS TEÓRICAS 2021</b>				<b>444</b>

Fonte: Planejamento do Curso Capacitar para Incluir, (2020, p. 11)

Ao longo do ano 2020, foram inseridas no cronograma do curso práticas simuladas, com o intuito de promover a inovação, participação e colaboração dos

jovens estudantes nas tarefas. (Informação do e-mail institucional datado de 5 de agosto de 2020). O objetivo não era somente cumprir o cronograma, o objetivo era proporcionar algo novo, com atividades de atuação simuladas, como, por exemplo, o atendimento de uma biblioteca ou de um setor de tecnologia da informação, ou ainda de uma secretaria, ou recepção. As atividades eram orientadas no sentido de serem realizadas com as famílias, visto que, naquele momento, todos ou a maioria das famílias estava em casa devido ao período pandêmico. (Informação do e-mail institucional datado de 5 de agosto de 2020).

Por meio de processos formativos, compostos por atividades teóricas e práticas simuladas, desenvolvem a capacidade de comunicação; a compreensão do jovem em relação aos direitos e deveres; dinâmicas de grupo; reflexões sobre as relações interpessoais; as competências relativas às novas tecnologias; ampliação das capacidades pessoais para o enfrentamento de situações rotineiras do mundo do trabalho, raciocínio lógico-matemático. Habituar-se à utilização de equipamentos de segurança e ao seguimento das normas de segurança. Analisar as questões éticas e do meio ambiente voltadas para o mundo do trabalho. Proporcionar aos jovens a criticidade e a ética envolvidas em situações profissionais. (Fragmento do Planejamento do Curso Capacitar para Incluir, 2020, p. 5). Os cursos desenvolvidos são embasados na Lei da Aprendizagem — Decreto n.º 5.598/2005 (Brasil, 2005). O conteúdo programático do projeto foi planejado para desenvolver competências técnicas e socioemocionais nos jovens estudantes. Inspirado em Paulo Freire (1996), que enfatiza a educação como prática de autonomia, o projeto incluiu atividades teóricas e práticas que preparam os jovens para o mundo do trabalho. O intuito é observar o funcionamento, apresentar possibilidades de aquisição de conhecimentos, colaborando para o repertório de discussões, pontos de vista, para os jovens perceberem o universo de possibilidades a partir deste projeto.

#### **4.5 Equipe Técnica**

A equipe técnica é composta por assistente social, psicóloga, psicopedagoga, instrutor de sala graduado em pedagogia, atuando diretamente. (Plano de curso 2020). Essa equipe acompanha semanalmente a turma do projeto. Há outra equipe de apoio que indiretamente e é composta por coordenadores gerais da instituição, que dão suporte e retaguarda para a equipe técnica que atua

diretamente. A equipe técnica visa apoiar em diversas demandas, como: alimentar, saúde, vestuário e questões familiares. Desta forma, quando a equipe técnica identifica a necessidade de algumas dessas demandas, imediatamente realiza uma reunião administrativa para verificar a possibilidade de apoio com cesta básica, medicação, consulta médica, roupas e calçados e permanência no curso.

As instrutoras de sala estabelecem um plano de atendimento individual para o jovem de acordo com suas necessidades e laudos. Inicialmente as mesmas realizaram um mapeamento completo das dificuldades inerentes ao jovem estudante, estabelecendo um cronograma semestral, mas com entregas e acompanhamento mensal.

As atividades do curso são realizadas pelas instrutoras. O planejamento é compartilhado com toda a equipe técnica, sendo que as instrutoras indicam quando há necessidade de intervenção ou atendimento personalizado. (informação das Atas mensais realizadas 2021). O suporte oferecido pelos docentes foi além do ensino formal, englobando acompanhamento social e familiar, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo.

#### **4.6 Metodologia de Ensino**

O projeto implementou metodologias híbridas e práticas simuladas, integrando teoria e prática para preparar os jovens estudantes para situações reais do mercado de trabalho. As práticas refletem o conceito de Freire (1996) de educação dialógica e ativa. Faz-se uma referência ao período pandêmico, de 2020 e 2021, que ficou marcado na história mundial pelo surgimento do vírus conhecido como novo coronavírus, que desencadeou a covid-19. Ele acarretou uma pandemia globalizada, causando problemas de ordem política, econômica, social, afetiva e tantas outras imensuráveis. Esse vírus caracteriza-se como uma infecção respiratória, altamente transmissível, que pode apresentar sintomas diversos além de afetar com mais intensidade a rotina e o psicológico de todos pelo fechamento repentino e por tempo indeterminado de alguns setores (Bartoski, 2023).

No entanto, apesar da pandemia, dos obstáculos e dificuldades para o Projeto Capacitar para Incluir, a equipe manteve-se unida e traçou uma estratégia fazer as

aulas via Facebook Messenger<sup>5</sup>, aplicativo o qual os jovens estudantes tinham domínio. (Informação da 1ª Ata de reunião de equipe 2021).

O cronograma das atividades foi ajustado de forma que os conteúdos teóricos foram apresentados e desenvolvidos nos dias do curso, de segunda a sexta-feira, no horário das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos. Os encontros virtuais ocorriam em três dias na semana via Messenger, e nos outros dias eram realizadas tarefas enviadas pelas instrutoras. Caso houvesse dúvidas, as instrutoras estavam à disposição para auxiliar individual ou coletivamente. (Informação da 1ª Ata de reunião de equipe 2021). Essas metodologias fomentaram a participação ativa dos jovens e permitiram a continuidade do aprendizado mesmo durante a pandemia, adaptando-se aos desafios contextuais.

Ao longo do ano de 2021, com nova turma, seguiu-se o cronograma com aula inaugural, reunião com os pais, equipe e todas as atividades teóricas e práticas previstas. A equipe manteve-se unida e motivada; a coordenação sentiu essa necessidade para o andamento do curso, através do projeto, naquele período de muitas incertezas mundiais. Sempre que havia alguma dificuldade e obstáculo com a família e o jovem aprendiz, a equipe técnica<sup>6</sup> (Fragmento da ATA de avaliação da equipe realizada em 20/12/2021) era acionada para atendimento on-line. Quando se identificava alguma dificuldade, concediam-se desde cestas básicas, medicação, até momentos de escuta das famílias, já que essas viviam, em geral, com muitas incertezas e precisavam de apoio emocional.

#### **4.7 Infraestrutura Educacional e Tecnologias**

A infraestrutura do projeto foi adaptada para garantir acessibilidade e inclusão, tanto física quanto digital. Inspirada na Lei Brasileira de Inclusão (2015), as adaptações permitiram que todos os jovens estudantes participassem de forma equitativa das atividades. Nesse processo, identificou-se a assiduidade e a participação dos jovens estudantes, os quais demonstraram estarem preparados para mais um desafio (para a ocasião): a equipe adotou o uso do *Google Meet*<sup>7</sup>. Para isso, foi realizada uma

---

<sup>5</sup> Trata de um mensageiro instantâneo e aplicativo que fornece texto e comunicação por vídeo e é desenvolvido e publicado pela Meta.

<sup>6</sup> Equipe técnica composta por um assistente social, psicólogo, pedagogo e psicopedagoga entre outros profissionais de acordo com o Plano de curso.

<sup>7</sup> Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela Google.

demonstração com o passo a passo, enviada pelo *WhatsApp*<sup>8</sup>. Assim, os jovens aprenderam mais um recurso de comunicação, inclusive criando um link via Meet para falar entre si. No final de 2020, as turmas foram acompanhadas na pós-formatura por 15 dias, em contato via *WhatsApp*. (Ata de avaliação da equipe, 20/12/2021). Essas adaptações contribuíram para a capacidade do projeto de integrar acessibilidade e tecnologia para criar um ambiente educativo inclusivo e acolhedor.

#### 4.8 Integração dos Elementos

A articulação entre os conteúdos, equipe técnica, metodologias, infraestrutura e tecnologias foi essencial para o sucesso do projeto. Essa integração ajudou a atender às necessidades dos jovens e de suas famílias, oferecendo suporte técnico e social. Tal afirmação pode ser validada nas seguintes evidências documentais: "Sempre que havia alguma dificuldade com a família e o jovem aprendiz, a equipe técnica era acionada." (ATA de avaliação da equipe, 20/12/2021); "A equipe manteve-se unida e motivada... promovendo a inovação, participação e colaboração dos aprendizes nas tarefas." (E-mail institucional, 08/05/2020). Essa sinergia entre os elementos reflete um modelo de solução educativa e inclusiva que pode ser replicado em outros contextos.

As atividades de interação social relatadas nos documentos como, festa junina, com caracterização, brincadeiras, danças e lanches típicos, como pipoca, bolo de milho, suco de uva, que cada aprendiz preparou em sua casa para festejar o momento permitiu a criação de um ambiente inclusivo de troca de aprendizados. Outro ponto que merece destaque é a realização de reunião com os pais (quando necessário) e reunião quinzenal da equipe técnica do projeto. (registro fotográfico, documento interno arquivado na Instituição, 2021).

No entanto, houve duas desistências de participantes dessa turma. No final do ano de 2020, todos estavam apreensivos com a realização da Formatura presencial. Aquele momento de encerramento e celebração ocorreu como incentivo para a conclusão do projeto, portanto, estavam todos em um impasse.

A seguir no quadro 11 serão apresentados os elementos conectados a sustentação teórica e as evidências documentais.

---

<sup>8</sup> Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet.

Quadro 11 – Elementos e Achados da Pesquisa

Elemento	Sustentação Teórica e Documental	Evidências na Análise e Discussão dos Resultados	Achados da Pesquisa
<b>Conteúdo Programático</b>	<p>- Paulo Freire (1996): Educação como prática de autonomia e criticidade.</p> <p>- Lei n.º 10.097/2000: Requisitos para aprendizagem profissional.</p> <p>- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990): Garantia ao trabalho protegido para adolescentes com deficiência intelectual.</p> <p>- Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei n.º 13.146/2015): Direito à acessibilidade e educação inclusiva.</p>	<p>Evidências:</p> <p>- Plano de curso registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, que inclui módulos de competências técnicas e socioemocionais;</p> <p>- Atas de reuniões pedagógicas demonstram o planejamento detalhado dos conteúdos adaptados às necessidades dos jovens estudantes;</p> <p>- Relacionamentos de jovens estudantes e responsáveis em entrevistas indicam aumento de confiança na aplicação de habilidades aprendidas no curso;</p>	<p>O conteúdo programático proporcionou aos jovens estudantes o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais, fundamentais para a inclusão no mercado de trabalho.</p>
<b>Equipe Técnica (corpo docente)</b>	<p>- Charlot (2006): Formação docente para adaptação às realidades dos alunos.</p> <p>- LDB (Lei n.º 9.394/1996): Diretrizes para formação docente inclusiva.</p> <p>- Khan, Ramsey e Khan (2023): Docente como facilitador da autonomia.</p> <p>- Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei n.º 13.146/2015): Formação de profissionais capacitados para inclusão educacional.</p>	<p>Evidências:</p> <p>- Certificados de capacitação docente oferecidos pela Fundação O Pão dos Pobres, destacando cursos sobre metodologias inclusivas e o uso de tecnologias;</p> <p>- Relatórios das observações de aula mostram estratégias de mediação adaptadas pelos professores para atender alunos com deficiência intelectual;</p> <p>- Feedbacks dos jovens estudantes confirmam que os docentes atuaram como facilitadores, promovendo autonomia e habilidades práticas (p. 77).</p>	<p>A composição de uma equipe técnica multidisciplinar garantiu a adaptação dos conteúdos e metodologias, promovendo a autonomia e as habilidades práticas dos jovens para sua inclusão no mercado de trabalho.</p>

<p><b>Metodologias Utilizadas no Projeto</b></p>	<p>- Freire (1996): Educação dialógica como base metodológica. - Decreto n.º 5.598/2005: Regulamentação do Programa Jovem Aprendiz. - Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei n.º 13.146/2015): Direito ao uso de metodologias acessíveis.</p>	<p>Evidências: - Minutas de reuniões pedagógicas apontam a implementação de metodologias híbridas durante a pandemia, incluindo aulas remotas e práticas simuladas; - Registro fotográfico de escritórios práticas documenta a simulação de atividades administrativas, como organização de documentos e gestão de agendas; - Relatórios de avaliação evidenciam melhoria no desempenho dos jovens estudantes em tarefas práticas simuladas;</p>	<p>A aplicação de metodologias híbridas e práticas simuladas contribuiu para integrar teoria e prática, preparando os jovens para desafios reais do mercado de trabalho.</p>
<p><b>Infraestrutura Educacional e Uso da Tecnologia</b></p>	<p>- Castel (1997): Ambientes que promovem integração social. - Romanelli (1980): Papel do ambiente educacional na formação técnica. - LDB (Lei n.º 9.394/1996): Garantia de infraestrutura adequada para a educação inclusiva. - Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei n.º 13.146/2015): Necessidade de ambientes acessíveis e adaptados.</p>	<p>Evidências: - Inventário de recursos tecnológicos utilizados no curso, como computadores com softwares acessíveis e ferramentas para aulas remotas; - Relatório de infraestrutura detalhando adaptações realizadas para acessibilidade, incluindo rampas e espaços equipados com tecnologias assistivas; - Registros de reuniões com investidores destacam o alinhamento das adaptações à legislação inclusiva;</p>	<p>Uma infraestrutura tecnológica e acessível garantida o aprendizado contínuo e inclusivo, preparando os jovens estudantes para ambientes de trabalho modernos e diversificados.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os resultados deste estudo podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas educativas que promovam a inclusão de jovens com DI no mundo do trabalho. A inclusão afirma-se como a dimensão que assegura a todos os cidadãos o acesso e a participação, sem discriminação, em todos os seus níveis e serviços sociais.

O direito à educação de qualidade, incluindo-se todas as modalidades de educação, independentemente das condições, assegura o direito às pessoas de se relacionarem e interagirem com os grupos nos quais estão inseridas. A Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), na sua meta quatro, prevê:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, público ou conveniados (Brasil, 2014).

O PNE estabelece estratégias e metas para a educação no país, criando precedentes para o atendimento educacional especializado em instituições de ensino especializadas quando esse não ocorre plenamente nas escolas regulares. Contudo, existem crianças que, por suas complexidades, pela severidade de seus comprometimentos ou por suas histórias familiares, podem não se beneficiar com o que a escola regular oferece.

A aprendizagem conectada é um mundo de possibilidades para os jovens aprenderem e isso vai além da sala de aula. A verdadeira aprendizagem acontece quando diversos saberes se conectam, como as artes, a música, o ambiente, e se entrelaçam no cotidiano, na vida e nos interesses de cada criança e adolescente.

É nesse universo de possibilidades que a aprendizagem floresce. É preciso reorganizar as práticas e políticas educacionais para colocar os sujeitos no centro do processo, reconhecendo suas necessidades, seus talentos e seus sonhos. O conhecimento é construído em conjunto: professores e alunos se tornam parceiros em uma jornada de descobertas, onde cada um contribui com seus saberes e experiências.

A tecnologia abre novos caminhos: ferramentas digitais são usadas para explorar o mundo, ampliar horizontes e desenvolver habilidades para o futuro. Ao conectar a aprendizagem à realidade, cria-se um ambiente no qual as crianças e os adolescentes se sentem motivados, engajados e protagonistas de sua própria educação. Em conjunto, pode-se construir uma educação mais justa, inclusiva e transformadora, que prepare as novas gerações para os desafios do século XXI.

O quadro de referência apresentado a seguir, quadro 12, foi elaborado a partir da análise do projeto Capacitar para Incluir, realizado pela Fundação O Pão

dos Pobres de Santo Antônio. O quadro objetiva sintetizar os fundamentos teóricos e evidências práticas documentadas para fornecer um modelo replicável para outras instituições que desejem implementar iniciativas de educação inclusiva e capacitação profissional. As categorias analisadas: conteúdo programático, equipe técnica, metodologias de ensino, infraestrutura e tecnologias, e a integração entre esses elementos; são descritas para evidenciar como cada elemento contribui para a construção de soluções educativas e inclusivas.

Quadro 12 – Elementos para Construção de Soluções Educativas e Inclusivas

<b>Categoria</b>	<b>Base Teórica</b>	<b>Evidências do Trabalho</b>	<b>Boas Práticas</b>
<b>Conteúdo Programático</b>	- Freire (1996): Educação como prática da autonomia. - Gil (2002): Práticas que conectam teoria e prática.	- Plano de curso e atividades práticas simuladas; - Relatórios pedagógicos;	- Planejar conteúdos que desenvolvam competências técnicas e socioemocionais. - Realizar atividades simuladas.
<b>Qualificação da Equipe Técnica</b>	- Charlot (2006): Professor como mediador do aprendizado. - LDB (1996): Formação continuada e inclusiva.	- Atas de reuniões pedagógicas.	- Compor uma equipe Multidisciplinar. - Oferecer capacitação continuada em práticas inclusivas. - Desenvolver competências para metodologias híbridas.
<b>Metodologias de Ensino</b>	- Freire (1996): Educação dialógica e participativa. - Gil (2002): Integração de teoria e prática.	- Uso de tecnologias híbridas, como Google Meet e Facebook Messenger. - Oficinas práticas.	- Implementar metodologias híbridas. - Utilização práticas simuladas e dinâmicas interativas.
<b>Infraestrutura e Tecnologias</b>	- LBI (2015): Garantia de acessibilidade integral. - Castels (1997): Importância da integração social.	- Inventário de recursos tecnológicos. - Relatórios de infraestrutura.	- Garantir acessibilidade física e digital. - Usar tecnologias assistivas e ferramentas inclusivas.
<b>Integração dos Elementos</b>	- Bronfenbrenner (1979): Teoria dos sistemas ecológicos. - Romanelli (1980): Ambientes de ensino integrados.	- Atas e relatórios de acompanhamento dos aprendizes. - Registros de reuniões familiares.	- Conteúdos articulados, docentes, metodologias e infraestrutura. - Envolver famílias no processo educativo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O quadro 12 apresenta uma síntese das práticas observadas no projeto Capacitar para Incluir, demonstrando como os diferentes elementos podem ser articulados para promover a inclusão social e a capacitação profissional de jovens estudantes. Este quadro pode ser adaptado a diferentes contextos educacionais e

sociais, ampliando seu impacto e contribuindo para a replicação de iniciativas inclusivas em outras instituições.

#### 4.9 Avaliação do Projeto Capacitar para Incluir

No período pesquisado de 2020 a 2023 foram colhidos alguns relatos de responsáveis e jovens estudantes na perspectiva de avaliar o projeto como críticas, sugestões de melhorias para as próximas turmas e sobretudo o impacto do projeto no contexto familiar, organização educacional e de vida dos jovens.

Para assegurar a privacidade das transcrições dos entrevistados e o sigilo de seus dados, conforme é seu direito, a identificação será realizada conforme o número do respondente (responsável), assim, serão citados como R1 (responsável 1), R2 (responsável 2) e R3 (responsável 3) na mesma perspectiva assim será identificado os Jovem Estudante 1 (A1), Jovem Estudante 2 (A2) e Jovem Estudante 3 (A3). O primeiro passo é ressaltar um perfil dos respondentes (responsáveis), conforme segue:

Quadro 13 – Perfil demográfico dos Entrevistados Responsáveis

Gênero	Masculino	Número
	Feminino	3
	65 anos	1
	53 anos	1
	48 anos	1
Formação	Ensino médio completo	1
	Administrador	1
	Farmacêutico	1

Fonte: Documentos Institucionais internos dos jovens e familiares como vídeo (2020 e 2021)

A partir do quadro 13, é possível verificar que todas as três respondentes são do gênero feminino e que possuem entre 48 e 65 anos. O quadro 13 apresenta o perfil demográfico dos jovens estudantes.

Quadro 14 – Perfil demográfico dos Jovens Estudantes

Gênero	Masculino	Número
	Feminino	3
Idade	18 anos	1
	21 anos	1
	27 anos	1
CID 10	CID – Q 66.7	1
	CID – H 54	1
	CID – F 70	1

Fonte: Documentos Institucionais internos dos jovens e familiares como vídeo (2020 e 2021)

Assim, caracterização dos participantes indica uma predominância do gênero feminino entre os responsáveis e dos jovens estudantes. A análise dos dados aponta para um contexto familiar marcado pela ausência paterna, com as mães assumindo, geralmente, o papel de cuidadoras principais. Essas mulheres relatam dificuldades em obter o apoio dos parceiros, que frequentemente não aceitam a condição de seus filhos com deficiência, alegando insegurança e falta de conhecimento sobre como educar e cuidar de crianças com necessidades especiais. Essa situação sobrecarrega as mães, que se veem obrigadas a conciliar as demandas da maternidade com outras responsabilidades familiares.

No entanto, foram escolhidos alguns relatos gravados em vídeos da Instituição promotora mais relevantes para ilustrar a avaliação dos responsáveis acerca do Projeto Capacitar Para Incluir no cotidiano de seus filhos. Na minutagem 02:39 a 02:45 R1 relata sobre o projeto:

R1 - As mudanças no crescimento, autonomia e responsabilidade foram percebidas desde o princípio do projeto, minha filha se mostrou sempre satisfeita e disposta a participar, superando desafios propostos, tanto na parte teórica como na parte prática, teve uma ótima adaptação ampliando o seu círculo de amizades. Hoje conseguimos vislumbrar através do projeto um ser humano responsável e capaz de batalhar um trabalho e assim conquistando uma certa independência financeira.

O depoimento evidência os impactos positivos do projeto na vida da filha da R1. Desde o início, a menina demonstrou entusiasmo e proatividade, superando desafios e ampliando seu círculo social. A experiência proporcionada pelo projeto contribuiu fundamentalmente para o desenvolvimento de sua autonomia, responsabilidade e capacidade de alcançar objetivos, como a conquista da independência financeira.

No próximo relato do R2 o relato do interlocutor destaca ao expressar de forma genuína os impactos positivos do projeto tanto em sua vida quanto na vida de sua filha. Suas emoções e experiências compartilhadas enriquecem a compreensão dos benefícios do projeto e servem como um poderoso testemunho de seu sucesso, localizado na minutagem 05:18 a 05:35.

R2- Eu, como mãe gostaria de dizer sobre esta benção que foi este projeto na minha vida e da minha filha. Sempre houve um olhar firme e atencioso das profissionais para o perfil deles como a adaptação e nós observamos melhoras do tipo vê-los mais tranquilos, felizes e participativos. Só tenho a cumprimentar pelo sucesso do projeto e desejar que continuem para dará outros e outras aprendizes a possibilidade da inclusão no mercado de trabalho com uma capacitação de muita qualidade, qualidade nota dez.

Os pais precisam estar envolvidos no processo educativo, para apoiar os filhos com deficiência e colaborar com a escola. E, por fim, os alunos com deficiência precisam ter oportunidades de participar de todas as atividades escolares, como aulas, atividades extracurriculares e eventos sociais. A prática concreta do ensinar e do aprender com vistas à humanização. Casagrande e Flores, 2022.

A seguir mais o relato de R3, são fundamentais para compreendermos a profundidade das transformações promovidas pelo projeto. Ao compartilharem suas experiências e sentimentos, eles nos proporcionam uma visão mais humana e rica dos resultados alcançados. De acordo na minutagem 01:41 a 02:40.

R3 - Para nós, foi muito bom, meu filho sentiu-se muito bem, vem com o maior prazer, gosta de todos e do curso, gosta de estar junto, ele é muito social, isso faz muito bem para ele, isso é muito gratificante, meus irmãos estudaram na instituição e depois de anos voltei com o meu filho especial. É muito satisfatório para nós como pais ver o filho feliz.

Os relatos de R1, R2 e R3, expressas em seus depoimentos, enriquecem a compreensão dos impactos do projeto. Ao ouvirmos suas histórias, somos capazes de visualizar a diversidade de benefícios alcançados e a importância de cada experiência individual. Esses relatos reforçam a ideia de que o projeto possui um poder transformador capaz de alcançar diferentes realidades, em especial os jovens estudantes com deficiência intelectual.

A história da educação é marcada por diversas mudanças e transformações. No período clássico, a educação era centrada na formação do cidadão, sendo voltada para o desenvolvimento das virtudes morais e intelectuais. A pesquisa educacional não se limita a estudar a educação, mas também a contribuir para o seu desenvolvimento, Charlot, 2006.

Os relatos dos jovens estudantes do projeto Capacitar para Incluir revelam, de forma profunda, seus sentimentos e o processo de aprendizagem vivenciado ao longo do ano que participaram. Através de suas próprias palavras, percebemos o impacto significativo do projeto em suas vidas, evidenciando o crescimento pessoal e profissional desses jovens com deficiência identificado na minutagem 00:05 a 00:30. A seguir o primeiro relato:

A1 - Foi um aprendizado bem grande. No começo houve a Pandemia, mas conseguimos aprender com os professores e colegas. Agradeço muito. Que tenhamos uma boa amizade com todos da turma.

No relato do A1 demonstra um sentimento positivo em relação à experiência vivida, mesmo em um período desafiador como a pandemia que não sabíamos o que seria no dia a seguir de cada pessoa. Ao afirmar que "foi um aprendizado bem grande", o A1 reconhece que a situação, por mais difícil que tenha sido, proporcionou oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal, revela o desejo de manter os laços construídos durante esse período. Este relato identificamos o bem-estar e o sentimento de sentir-se à vontade para partilhar a experiência vivida. O próximo relato na minutagem 00:07 a 00:18 e 00:25 a 01:03:

A2 -Eu tenho problema de visão, sou deficiente visual, recebi este curso em uma oportunidade maravilhosa, eu estava procurando emprego e não vinha nada, não recebia nenhuma oportunidade. E me inscrevi enviei meu currículo, fiz as entrevistas e graças a Deus consegui passar. Fiquei muito feliz porque vai acarretar muito no meu currículo. Só tenho de agradecer, os professores são muito capacitados, todos sabem lidar super bem com as pessoas com DI, pois a turma é toda com PCD's é maravilhoso, não tenho nem palavras para descrever. Tivemos palestras com bibliotecária, arquivista e tudo. Está sendo maravilhoso.

A lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, na sua meta 4 prevê:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, público ou conveniados (Brasil, 2014).

Neste depoimento A2 expressa de forma clara e sincera a importância que o curso teve em sua vida, especialmente em um momento em que se sentia desanimada com a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Percebe a importância de oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional para

peças com deficiência e de criar ambientes inclusivos e acolhedores. E próximo relato de A3 encontrado na minutagem 00:13 a 00:42 e 00:48 a 01:03:

A3 – Me inscrevi na última hora para participar do projeto. Este curso está sendo uma experiência enorme, pois veio em um momento que eu estava precisando muito, eu estava sem fazer nada em casa e com a Pandemia está muito difícil encontrar algo para fazer. Esse projeto é muito bom estou aprendendo várias coisas. Eu tenho uma deficiência e isso não está me limitando a nada, estou me capacitando para ser uma pessoa melhor, agradeço à equipe do projeto que estão sempre me ajudando. Tenho duas filhas e estou por elas e quero dizer que vou conseguir por elas o certificado, mesmo com todas as dificuldades que tenho na minha vida.

No relato acima de A3 apresenta uma história de superação e esperança, que pode inspirar muitas outras pessoas, demonstra que, com determinação e apoio, é possível superar desafios e alcançar nossos objetivos, independentemente das circunstâncias. Suas palavras transmitem uma profunda emoção, revelando a importância desse momento em sua vida.

A análise dos dados do perfil dos entrevistados no quadro 14, evidencia uma participação feminina, comprovando a participação de todos independentes de sua condição, ou seja, sua deficiência. Os jovens estudantes os quais foram acessadas as entrevistas gravadas são alfabetizados, alguns fazem uso de medicação controlada. A prática de terapias psicológicas e atividades esportivas complementa a rotina desses jovens estudantes, a convivência com seus pares contribuem para seu desenvolvimento integral. Apesar dos desafios, a aprendizagem profissional pode ser uma oportunidade importante para jovens com DI. Ela pode contribuir para seu desenvolvimento pessoal e profissional, ajudando-os a desenvolver habilidades e competências que os tornam mais aptos para o mundo do trabalho.

Conforme Freire (2020) o qual nos diz que é necessário instigar constantemente o estudante na sua curiosidade, sem amaciá-lo ou domesticá-lo. Necessidades básicas da autonomia para que possam ter sua criticidade e intervir no mundo colaborando como agente de transformação também são competências a serem desenvolvidas para a formação profissional na vida dos jovens.

Com o estatuto, regulamentou-se o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, incentivando à aprendizagem, garantindo a formação técnico-profissional e a frequência no ensino regular por parte do jovem. O aprendiz passou a ter todos seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Assim, o ECA destinou o capítulo V ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

“Art.60 - É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo nas condições de aprendiz.” (ECA, 2010 p.59).

Portanto, a temática "capacitar para incluir" é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação inclusiva é um direito de todos, e a capacitação dos envolvidos no processo educativo é essencial para garantir que esse direito seja cumprido. De acordo com Franco, Libâneo, Pimenta (2011), os autores definem a práxis educativa como uma ação intencional, reflexiva e transformadora, que tem como objetivo promover a formação humana. Essa definição é baseada na compreensão de que a Pedagogia é uma ciência da práxis, cujo objeto de estudo é a ação pedagógica.

A seguir, alguns exemplos concretos de como a capacitação para inclusão pode ser aplicada na prática:

- Os professores podem participar de cursos e workshops sobre educação inclusiva, onde aprenderão sobre as diferentes deficiências, os direitos das pessoas com deficiência e as melhores práticas pedagógicas para a inclusão.
- As escolas podem criar um departamento de educação inclusiva, responsável por desenvolver e implementar políticas e práticas inclusivas.
- Os pais podem participar de grupos de apoio e orientação, onde aprenderão sobre como apoiar os filhos com deficiência.
- Os alunos com deficiência podem participar de programas de mentoria, onde serão acompanhados por alunos sem deficiência.

O Projeto Capacitar para incluir reforça a inclusão é um direito de todos, e a capacitação dos envolvidos no processo educativo é essencial para garantir que esse direito seja cumprido e para que a inclusão seja efetiva, é necessário que todos os envolvidos no processo educativo, incluindo professores, gestores, pais e alunos, estejam capacitados para lidar com a diversidade. A capacitação para inclusão pode ser aplicada na prática de diversas maneiras, como por exemplo, realização e oferta de cursos, workshops, programas de mentoria entre outros.

Os gestores também precisam estar capacitados para criar um ambiente escolar inclusivo, que seja acessível e acolhedor para todos os alunos. Os pais precisam estar envolvidos no processo educativo, para apoiar os filhos com deficiência e colaborar com a escola. E, por fim, os alunos com deficiência precisam

ter oportunidades de participar de todas as atividades escolares, como aulas, atividades extracurriculares e eventos sociais.

Fora da aula, da escola e da universidade, e há um quarto de século, a internet já é lugar de criação, compartilhamento, colaboração e crítica. É exatamente assim que humanos aprendem, e não por acaso. A rede deixa no vácuo o monólogo silencioso da aula e a aula online não usa princípios, fundações e poder das redes, tampouco desenho e estratégia digitais. (Meira, 2022, P 103).

A internet e as redes sociais têm proporcionado aos estudantes uma possibilidade incrível de aprendizado mais interativo e colaborativo (em especial os jogos online). Essa nova forma de aprender se tornou ainda mais importante durante a pandemia, que obrigou muitos estudantes e famílias a buscarem alternativas de educação a distância. Sem dúvida a escola é essencial para o aprendizado formal e para a formação completa do indivíduo, onde as crianças, jovens e adultos e também o público de inclusão vão exercitar sua convivência com o outro e a resolução de conflitos. Os gestores devem olhar para essas novas formas de aprendizado e buscar integrá-las ao seu processo educacional para oferecer aos estudantes o melhor de ambos os mundos, através da mediação do conhecimento e não repassar.

A capacitação para inclusão é um investimento importante para a sociedade. Ao capacitar os envolvidos no processo educativo, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver, como agentes de transformação social.

Ao longo dessa jornada, nem todos os desafios foram superados com êxito. Houve momentos em que a equipe precisou interromper suas atividades, refletir sobre os obstáculos e reavaliar a estratégia para dar continuidade ao projeto.

Trabalhar com jovens com deficiência intelectual requer um olhar atento às suas necessidades específicas e um compromisso com a inclusão. Ao adotar boas práticas, é possível promover o desenvolvimento integral desses jovens, garantindo que eles tenham oportunidades de aprender, crescer e participar ativamente da sociedade.

Esta dissertação reforça seu papel como promotora de direitos e deveres na sociedade. Nos relatos selecionados evidenciam na fala o quanto foi impactante na vida dos jovens estudantes e suas famílias os transformando positivamente.

Acredita-se assim que este estudo inovador abrirá novos caminhos para a inclusão da juventude com DI no mundo do trabalho, construindo um futuro mais justo e próspero para todos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dissertação teve como tema central analisar a contribuição do conteúdo programático, as metodologias de ensino, a equipe técnica e a infraestrutura na capacitação de estudantes para sua inclusão no mundo do trabalho, com base no estudo documental da Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio. A análise documental identificou que a integração entre conteúdo programático, metodologias de ensino, qualificação da equipe técnica, infraestrutura educacional e o uso das tecnologias no projeto Capacitar para Incluir contribuem para preparar os estudantes para a inclusão no mundo do trabalho.

Evidências como plano de curso, atas de reuniões, relatórios registros fotográficos, relatórios pedagógicos entre outros descritos na metodologia da dissertação demonstraram que os estudantes desenvolveram competências técnicas e socioemocionais que contribuem para sua inclusão no mundo do trabalho. No entanto, é relevante destacar a importância do acompanhamento individualizado, do envolvimento das famílias e da articulação entre teoria e prática.

Ainda, destaca-se que é preciso aumentar o acesso a programas de aprendizagem profissional para jovens com DI, tanto no setor público quanto no privado. Isso pode ser feito por meio da criação de políticas públicas específicas, da parceria entre instituições públicas e privadas e da sensibilização da sociedade para a importância da inclusão desses jovens no mundo do trabalho.

Quanto à implementação de políticas públicas de inclusão para jovens com DI, é preciso garantir que tenham acesso a oportunidades iguais de aprendizagem profissional, independentemente de sua condição. Isso pode ser feito por meio de políticas públicas que promovam a acessibilidade, a inclusão e a equidade no mundo do trabalho.

No que se refere à formação de profissionais, gestores e famílias para encarregarem-se com jovens com DI, conclui-se que é preciso capacitar

profissionais para lidar com essa população, de forma a garantir que receba o apoio necessário para se desenvolver profissionalmente. Essa formação deve abordar aspectos como a compreensão das características da DI, a adaptação de metodologias de ensino e aprendizagem e a promoção da inclusão.

Além dessas recomendações, é importante também considerar a diversidade de perfis e as necessidades dos jovens com DI. É preciso desenvolver programas de aprendizagem profissional que sejam flexíveis e adaptados às necessidades individuais de cada jovem.

Entre as ações específicas que podem ser implementadas para aprimorar a aprendizagem profissional de jovens com DI está a criação de programas de aprendizagem profissional específicos para esse público. Esses programas devem ser desenvolvidos com base nas necessidades e interesses desses jovens, e devem ser adaptados às suas características e limitações. No que se refere à inserção de jovens com DI em ambientes de aprendizagem profissional inclusivos, destaca-se que esses devem ter a oportunidade de aprender e trabalhar em ambientes inclusivos, onde possam interagir com pessoas sem deficiência e que estas pessoas tenham a formação e ou conhecimento sobre a inclusão assim o jovem poderá desenvolver suas habilidades sociais e profissionais.

A inclusão de jovens com DI no mundo do trabalho depende, em grande medida, do fortalecimento do apoio familiar e comunitário. É preciso conscientizar a sociedade sobre a importância dessa inclusão, não apenas como um ato de solidariedade, mas como um investimento em um futuro mais justo e próspero para todos.

É fundamental tornar a falta de visibilidade dos governantes em relação à educação de jovens com deficiência intelectual uma prioridade dentro e fora das escolas. Assim, poderemos mobilizar gestores e a sociedade para a criação de políticas públicas que valorizem a Aprendizagem Profissional e promovam a inclusão desses jovens.

Ao oferecer oportunidades de aprendizagem profissional, as empresas não apenas cumprem um dever legal, mas também constroem um futuro mais justo e inclusivo para todos. A aprendizagem profissional é um direito fundamental de todos os jovens, independentemente de suas condições, e o investimento nessa área é essencial para o desenvolvimento da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLES, Elisiane Peruffo. **Formação continuada de professores no processo de transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual**. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) — Universidade Federal do Paraná. 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8947757](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8947757). Acesso em: 21 fev. 2024.
- ALSOS, Gry Agnete *et al.* Effectual exchange: from entrepreneurship to the disciplines and beyond. **Springer Science+Business Media**, LLC, part of Springer Nature, 2019. DOI 10.1007/s11187-019-00146-9. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11187-019-00146-9>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- ALVES DE OLIVEIRA, Evandro Salvador; CECILIO, Sálua. Dos cadernos amarelos aos arquivos infinitos: Metamorfoses do trabalho docente na cultura digital. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 35, n. 2, p. 42-60, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.19570>. Disponível em: [http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0871-91872022000200003&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872022000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 fev. 2024.
- ARMAS, Louise Dall Agnol de. **Sentidos subjetivos de estudantes com deficiência em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio**. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade de Caxias do Sul. 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10284890](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10284890). Acesso em: 21 fev. 2024.
- BALDISSERA, Olívia. **Yuval Noah Harari: 5 mudanças no mundo do trabalho até 2050**. Pós PUCPR Digital. 2021. Disponível em: <https://posdigital.pucpr.br/blog/mudancas-no-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- BARTOSKI, Bruna Raiane *et al.* Período pandêmico de 2020 e suas consequências em ambientes educacionais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 23, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/22/periodo-pandemico-de-2020-e-suas-consequencias-em-ambientes-educacionais>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. 2024. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- BITTENCOURTE, Priscila. **Legislativo prestigia apresentação de balanço do Pão dos Pobres**. Câmara Municipal de Porto Alegre. 2019. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/legislativo-prestigia-apresentacao-de-balanco-do-pao-dos-pobres>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/). Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. Presidência da República, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF, 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891**. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da capital federal. 1891. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=1313&ano=1891&ato=fed0TPB1EeFpXT8f9>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm). Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 94.338, de 18 de maio de 1987**. Regulamenta o Art. 4º do Decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a iniciação ao trabalho do menor assistido e institui o Programa do Bom Menino. 1987. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94338.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94338.htm). Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. 1990a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm). Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm). Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm). Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível

em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.274, de 24 de abril de 1967**. Dispõe sobre o salário-mínimo de menores, e dá outras providências. 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5274.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5274.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 1990b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 1962.

BRONFENBRENNER, U. (1979). The ecology of human development: Experiments by nature and design. Harvard University Press.

CAMIZÃO, Amanda Costa; CONDE, Patrícia Santos; VICTOR, Sonia Lopes. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147245165>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ftkkwwZtMh4VgHyymv5G5WHD/?lang=pt#>. Acesso em: 21 fev. 2024.

CASTEL, Robert. As Armadilhas da Exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela; BEGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTRO, Adriana; DALVIT, Olavo José; SILVA, Marília de Moura. **Projeto Capacitar para Incluir: O Jeito La Salle de Realizar a Inclusão**. Top Cidadania 2018. ABRH-RS. Categoria Organização. Disponível em: <https://www.abrhrs.org.br/comunica/top/2018/top-cidadania/Case-Rede-La-Salle.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 7-18, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>

?pid=S1413-24782006000100002&script=sci\_abstract&tlng=p t. Acesso em: 18 dez. 2023.

COÊLHO, Helleny Batista Correia Lima. **Aprendizagem no contexto do trabalho a partir da Lei 10.097/2000**: uma análise de teses e dissertações no campo da educação. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Humanidades, Brasil. 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11803>. Acesso em: 21 fev. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portal de Periódicos**. 2024. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php>. Acesso em: 21 fev. 2024.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Organização Internacional do Trabalho Decente e Juventude no Brasil**. 1. ed. Brasília: Publicação Organização Internacional do Trabalho OIT, 2009.

DELORS, Jacques et al. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Educação: Um tesouro a descobrir. Brasília: UNESCO, 1996. Disponível em: [http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a\\_pdf/r\\_unesco\\_educ\\_tesouro\\_descobrir.pdf](http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf) Acesso em: 18 dez. 2023.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. As dimensões constitutivas da Pedagogia como campo de conhecimento. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 14, n. 17, p. 55–78, 2011. DOI 10.24934/eef.v14i17.103. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/103>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (FASC). **Parcerias**. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/fasc/parcerias#>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES. **Vagas abertas para o projeto Capacitar para Incluir**. 2024. Disponível em: <https://www.paodospobres.org.br/site/destaque/vagas-abertas-para-o-projeto-capacitar-para-incluir/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FUNDO Das Nações Unidas Para A Infância (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

GAUTHIER, Maurice; TARDIF, Maurice. **A pedagogia**: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Tradução de Lycy Magalhães. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE. Google Maps. [S. l.]: Google. 2024. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 30 out. 2023.

GRAEBIN, Rosani Elisabete. **Jovens geração Z: percepções na construção de um caminho em direção ao mundo do trabalho**. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, Brasil. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/3847>. Acesso em: 21 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico - Principais resultados - Agregados por Setores Censitários preliminares: População e Domicílios**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 22 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2022**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

KHAN, Sajid; RAMSEY, Phil; KHAN, Majid. Embracing educational transformation: exploring personalised, collaborative and contextualised education through dilemma theory. **Innovations in Education and Teaching International**, [S. l.], v. 0, n. 0, p. 1-17, 17 nov. 2023. DOI 10.1080/14703297.2023.2283614. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/375736811\\_Embracing\\_educational\\_transformation\\_exploring\\_personalised\\_collaborative\\_and\\_contextualised\\_education\\_through\\_dilemma\\_theory](https://www.researchgate.net/publication/375736811_Embracing_educational_transformation_exploring_personalised_collaborative_and_contextualised_education_through_dilemma_theory) Acesso em: 18 dez. 2023.

MARIA, Renato Pandur. **Indicadores para a construção de REA na educação superior em uma perspectiva de inclusão**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Programa de Pós-Graduação em Educação, Brasil. 2019. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES\\_d1a1b176c0aa0c5e9659993ecd5fdfef](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_d1a1b176c0aa0c5e9659993ecd5fdfef). Acesso em: 21 fev. 2024.

MARQUES, Maria Elizabeth *et al.* **Trabalho infantil: a infância roubada**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

MEIRA, Silvio - 23 Anotações para 2023. Local Recife. Editora TDS company. Ano 2022. Ebook Pg 103. Disponível em <https://biblioteca.tds.company/anotacoes-para-2023>. . Acesso em: 18 out. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM). Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3205>. Acesso em: 30 out. 2024.
- OLIVEIRA, Gisele Guimarães de. **Estudo sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência em uma instituição da RFEPCT**. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9318931](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9318931). Acesso em: 21 fev. 2024.
- OLIVEIRA, Oris. **O Trabalho da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR, 1994.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por). Acesso em: 22 jan. 2024.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção**. Washington, D.C.: OPAS. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- PALMEIRA, Robson Lima. **Criação e validação de um instrumento digital de acompanhamento de egressos para educação profissional e tecnológica: um estudo piloto**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Brasil. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20054>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- PEREIRA, Andrea Carla Bastos. **Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental público ludovicense**. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Maranhão. 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10532139](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10532139). Acesso em: 21 fev. 2024.
- PEREIRA, Cíntia Beatriz Duarte. **Um manual teórico-prático de técnicas de ensino-aprendizagem acessíveis e inclusivas para o ensino superior**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/30323>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- PEREIRA, Irandj; CARVALHO, Maria do Carmo B. de. **Trabalho do Adolescente: Mitos e dilemas**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais - PUCSP, 1994.

PINHEIRO, Mary Cristina Olimpio; SILVA, Aline Maira da; Sebastián-Heredero, Eladio. Caracterização das relações interpessoais entre alunos com deficiência intelectual e seus pares. **Psicologia: Escola e Educação**, [S. l.], v. 25, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021227839>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/PqKDTVPpsVky5LxDRKkVdnr/?lang=pt#>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Saúde da Pessoa com Deficiência: o SUS e a Pessoa com Deficiência**. 2023. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/saude-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 18 dez. 2023.

RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil: Revisitando a História (1822-2000)**. 2. ed. Brasília: USU Editora Universitária, Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 2002.

RIZZINI, Irene. **O século perdido** – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 3 ed., 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 2. ed. Minas Gerais: Vozes, 1980.

ROSA, Denise Cristina Silva. **Programa Jovem Aprendiz: as contribuições da formação para inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15162>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SANTOS, Bianca Cristina dos. **Filho de peixe, peixinho é?** A reprodução de desigualdades sociais nos processos de seleção para o programa jovem aprendiz. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8969857](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8969857). Acesso em: 21 fev. 2024.

SARASVATHY, Saras D. **Effectuation: elements of entrepreneurial expertise**. Northampton: Edward Elgar, 2008.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino. O direito à educação e as necessidades básicas de aprendizagem: a perspectiva da UNESCO. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. 1-21, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/2585/1/dfsarmento.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Biblioteca Eletrônica Científica Online**. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SILVA JUNIOR, Diomario da. **Programa Jovem Aprendiz e a questão racial no Brasil: impactos na vida escolar e na vulnerabilidade da juventude afrodescendente**.

2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5771>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SILVA, Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues; SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos na esfera municipal em Minas Gerais. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 47, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147227768>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/X9mpwhGCB4Rf95X89bVshYB/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO (SINAIT). **Manual da Aprendizagem Profissional**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. 1. ed. Brasília, DF: SINAIT, 2019. Disponível em: [https://www.rr.senac.br/portalsenac/wp-content/uploads/2022/05/7-Manual\\_de\\_Aprendizagem\\_-Versao\\_SINAIT.pdf](https://www.rr.senac.br/portalsenac/wp-content/uploads/2022/05/7-Manual_de_Aprendizagem_-Versao_SINAIT.pdf). Acesso em: 18 dez. 2023.

SPINDEL, Cheywa Rojza. **O Menor Trabalhador**: Um Assalariado Registrado. São Paulo: Nobel, 1985.

Sociedade Porvir Científico disponível em: <https://lasalle.edu.br/>. Acesso em 30 out. 2024.

Sociedade Porvir Científico, Projeto Capacitar para Incluir, vídeo de relatos dos familiares e jovens aprendizes referentes as experiências no projeto. Documento interno da Instituição. Porto Alegre: 2020 e 2021.

TETRAKTYS, Cc By-Sa 3.0. **Fundação Pão dos Pobres Map - School - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil**. 2000. 1 fotografia. Disponível em: <https://mapcarta.com/W287533436>. Acesso em: 18 dez. 2023.

UNILASALLE. **Projeto Capacitar para Incluir**. 2015. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/noticias/projeto-capacitar-para-incluir>. Acesso em: 18 dez. 2023.

VIEIRA, Camila Mugnai; OMOTE, Sadao. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, 27: e0254. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0254>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sFZmbYyQZGqzTqBhsDL6NBq/?lang=pt#>. Acesso em: 21 fev. 2024.

Yin, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A

### Ficha de Análise de Documentos do Projeto Capacitar Para Incluir

Este instrumento será utilizado para coletar dados dos documentos relacionados ao Projeto Capacitar Para Incluir.

Item	Descrição	Notas
Documento	Nome do documento	
Data de Produção	Data de criação/publicação do documento	
Autor(es)	Nome(s) do(s) autor(es) ou instituição responsável pelo documento	
Tipo de Documento	Relatório, feedback de participante, registro institucional, material educativo, etc.	
Resumo do Conteúdo	Breve resumo do conteúdo do documento	
Relevância para a Dissertação	Como o documento contribui para responder aos objetivos específicos	
Dados Quantitativos	Informações numéricas relevantes (ex. número de participantes, taxas de sucesso, etc.)	
Dados Qualitativos	Informações descritivas relevantes (ex. experiências dos participantes, estratégias adotadas, etc.)	
Pontos Fortes	Aspectos positivos destacados no documento	
Desafios Identificados	Desafios ou obstáculos destacados no documento	
Sugestões/Melhorias	Recomendações ou sugestões de melhorias descritas no documento	
Comentários Adicionais	Observações adicionais	

## APÊNDICE B

### Ficha de Análise de Documentos Legais e Regulamentares

Este instrumento será utilizado para coletar dados de documentos legais e regulamentares relacionados à formação técnico-profissional de jovens com deficiência intelectual.

Item	Descrição	Notas
Documento	Nome do documento	
Data de Produção	Data de criação/publicação do documento	
Autor(es)	Nome(s) do(s) autor(es) ou instituição responsável pelo documento	
Tipo de Documento	Lei, decreto, regulamento, etc.	
Resumo do Conteúdo	Breve resumo do conteúdo do documento	
Relevância para a Dissertação	Como o documento contribui para responder aos objetivos específicos	
Diretrizes Principais	Diretrizes ou orientações principais destacadas no documento	
Direitos e Deveres	Direitos e deveres especificados para os jovens com deficiência intelectual	
Desafios Legais	Desafios ou obstáculos legais identificados no documento	
Implementação Prática	Informações sobre a implementação prática das diretrizes legais	
Comentários Adicionais	Observações adicionais	

## APÊNDICE C

### Ficha de Análise de Feedback de Participantes

Este instrumento será utilizado para coletar e analisar o feedback dos participantes do Projeto Capacitar Para Incluir.

Item	Descrição	Notas
Participante	Nome ou identificação do participante	
Data do Feedback	Data em que o feedback foi coletado	
Tipo de Feedback	Entrevista, questionário, relato escrito, etc.	
Relevância para a Dissertação	Como o feedback contribui para responder aos objetivos específicos	
Benefícios Percebidos	Benefícios identificados pelo participante (ex. desenvolvimento de competências, inclusão social, etc.)	
Desafios Enfrentados	Desafios ou obstáculos enfrentados pelo participante	
Sugestões de Melhoria	Recomendações ou sugestões de melhorias descritas pelo participante	
Impacto Pessoal	Impacto do projeto na vida pessoal e profissional do participante	
Comentários Adicionais	Observações adicionais	

## APÊNDICE D

Termo de autorização de estudo Fundação o Pão dos Pobres de Santo Antônio – Direção



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO ESTUDO Província La Salle Brasil-Chile

Ao

Presidente da Rede La Salle

Prezado irmão Olavo José Dalvit

Canoas, 26 de abril de 2023.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Senhoria autorização para realizar uma pesquisa cujo título é: *Contribuição e desafios para a Aprendizagem Profissional de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho: um estudo de caso na Fundação o Pão dos Pobres de Santo Antônio.*

O objetivo do estudo é analisar a contribuição do Programa de Aprendizagem Profissional (PAP) na trajetória de inserção de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho.

A pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Ingridi Vargas Bortolasodo do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle (Canoas/RS), e-mail: [ingridi.bortolaso@unilasalle.edu.br](mailto:ingridi.bortolaso@unilasalle.edu.br) e tem como pesquisador responsável a mestrandia Marília de Moura da Silva.

**Ao mesmo tempo, solicito autorização para que o nome da Instituição e da Fundação o Pão dos Pobres de Santo Antônio possa constar na dissertação, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico, estarão pautadas e respeitarão os princípios éticos da pesquisa em educação.**

Desde já agradeço sua colaboração, destacando que esta será imprescindível para a continuidade desta pesquisa. Coloco-me à sua disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

  
OLAVO JOSÉ DALVIT  
CPF 435.976/370-00  
Presidente

SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICA  
CNPJ 92.741.990/0001-37

Nome: Marília de Moura da Silva  
Mestrando em Educação  
Universidade La Salle – Canoas, RS

## ANEXO 1

### Card da oportunidade do curso



**OPORTUNIDADE!**

**APRENDIZ PCD**

A Rede La Salle em parceria com a Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, está selecionando Aprendizes com Deficiência, para o curso de formação em:

**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

**Requisitos:**

- Possuir CTPS (física ou digital);
- Preferencialmente residir em Porto Alegre ou região metropolitana;
- Ter disponibilidade no turno da tarde;
- Possuir laudo com CID (atualizado).

**Período para inscrições: 07/12/2020 à 08/01/2021**  
**Período do curso: Fev./2021 até Dez./2021**

Dúvidas? Entre em contato pelo telefone (51) 3433-6951

Parceria:  

Fonte: Documento da Instituição promotora do projeto (2023)

## ANEXO 2

### Convite aula Inaugural



**CONVITE**

Convidamos Vª. Senhoria para participar da aula inaugural do Programa de Aprendizagem **Capacitar para Incluir**.

**Data:** 17 de fevereiro 2020

**Horário:** 14 horas

**Local:** Rua Honório Silveira Dias, 636, Bairro São João em Porto Alegre.

Por gentileza, confirmar presença até **14 de fevereiro** pelo e-mail: [marilia.moura@lasalle.org.br](mailto:marilia.moura@lasalle.org.br)

 

Fonte: Documentos da Instituição promotora do projeto (2023)

A equipe técnica do projeto organizou a aula inaugural com os jovens e seus familiares/responsáveis, visando explicar o funcionamento do curso, normas e regras. Após apresentar a equipe, formou-se um grupo no WhatsApp da turma e alinhou-se que o recurso seria para fins do curso.

## ANEXO 3

### Bilhete de boas-vindas



Fonte: Documentos da Instituição promotora do projeto (2023)

Os bilhetes de boas-vindas foram preparados para acolher os jovens, juntamente com algumas guloseimas. Julgou-se que seria um ato de acolhida, um lugar de troca, aprendizagem, conflitos e crescimento como pessoas e futuros profissionais. Quem não gosta de ser bem recebido?

## ANEXO 4

### Caneta do projeto



Fonte: Documentos da Instituição promotora do projeto (2023)

Desde o início do projeto, a equipe idealizadora pensou em um objeto que acompanhasse o aprendiz durante e depois do projeto. E assim, foi feita a caneta, todos os participantes receberam.

## ANEXO 5

### Cordão de crachá personalizado do projeto



Fonte: Documentos da Instituição promotora do projeto (2023)

O Cordão de crachá personalizado do projeto, foi mais uma forma de personalizar e identificar os jovens estudantes. Essa ação fez com que todos se sentissem pertencentes ao projeto.

## ANEXO 6

### Sala de Aula



Fonte: Documentos da Instituição promotora do projeto (2023)

Principalmente no período de Pandemia da covid-19, a equipe ponderou e ofereceu atividades diversificadas aos jovens. Criou-se uma roda de conversa, com temas transversais ao conteúdo do curso, como, por exemplo, postura em uma entrevista, cuidados com aparência, simulação de atividades de trabalho

administrativos com pessoas externas. Tais atividades promoveram experiências e 'dicas' voltadas aos jovens na realidade e entendimento da turma, respeitando-se suas particularidades e deficiências.

## ANEXO 7

### Certificado para convidados



Fonte: Documentos da Instituição promotora do projeto (2023)

## ANEXO 8

### Camiseta do projeto



Fonte: Documentos da Instituição promotora do projeto (2023)

Todos os jovens, equipe técnica e instrutores recebem a camiseta do projeto entre outros itens produzido e personalizado para o projeto.